

GSFRP Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas Reapresentadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REAPRESENTADAS

Aos Acionistas e Administradores da
GSFRP Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GSFRP Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GSFRP Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 13 de maio de 2019, emitimos relatório de auditoria sem modificação, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, as quais estão sendo reapresentadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1.2, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o reconhecimento das obrigações advindas do programa de incentivo de longo prazo estabelecido pelas suas controladas com os seus respectivos executivos, no montante de R\$21.500 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Margem de solvência requerida pela ANS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 28, algumas controladas da Companhia são requeridas a atender à margem mínima de solvência, conforme determinado pela ANS. Em 31 de dezembro de 2018, como decorrência do registro do programa de incentivo de longo prazo, objeto da reapresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a insuficiência da margem de solvência pela controlada São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda., foi aumentada para R\$12.972 mil. A Administração da Companhia e de sua controlada implementou ações para cumprir com as exigências da ANS, conforme descrito na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 15 de julho de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP 216451/O-1

GSFRP PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2017	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		43.776	23.279	402.002	330.484	PASSIVO CIRCULANTE		35.530	8.670	335.688	218.195
Disponível		2	17	4.637	988	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		-	-	144.143	116.629
Realizável		43.774	23.262	397.365	329.496	Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	12	-	-	7.903	5.112
Aplicações financeiras	3	39.877	22.865	263.744	233.907	Provisões de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	12	-	-	50.153	39.284
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		-	-	129.997	63.962	Provisão para remissão	12	-	-	936	884
Aplicações não vinculadas		39.877	22.865	133.747	169.945	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	13	-	-	36.182	48.986
						Provisão de eventos a liquidar para SUS	14	-	-	23.157	20.020
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		-	-	58.699	58.987	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais - partes relacionadas	20	-	-	4.313	2.343
Contraprestação pecuniária a receber	4	-	-	58.385	58.595	Programa de incentivo de executivos	19	-	-	21.500	-
Partes relacionadas - contraprestação pecuniária a receber	20	-	-	314	392	Débitos de operações de assistência à saúde		-	-	9.472	2.342
Créditos a receber de prestação de serviços	5	-	-	23.747	18.632	Comercialização sobre operações		-	-	889	112
Créditos a receber de prest. de serviços - partes relacionadas	21	4	-	97	146	Outros débitos de operações de assistência à saúde		-	-	8.583	2.230
Créditos tributários e previdenciários	6	2.754	-	20.186	1.700	Tributos e contribuições a recolher	15	520	50	23.993	15.529
Bens e títulos a receber	7	22	-	30.893	16.124	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	-	-	11.794	4.519
Bens e títulos a receber - partes relacionadas	20	1.117	397	-	-	Débitos diversos	17	2	-	111.176	64.589
						Partes relacionadas - débitos diversos	20	35.007	8.619	35.110	14.586
ATIVO NÃO CIRCULANTE		415.646	306.590	429.356	250.086	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	66.757	39.287
Realizável a longo prazo		38.870	38.870	70.938	59.278	Provisão para remissão	12	-	-	1.504	1.496
Aplicações não vinculadas	3	-	-	2.278	-	Provisão de eventos a liquidar para SUS	14	-	-	10.223	4.451
Ativo fiscal diferido	27	38.870	38.870	57.971	49.762	Provisões para riscos	18	-	-	23.821	13.609
Depósitos e bloqueios judiciais e fiscais	8	-	-	10.689	9.516	Passivo fiscal diferido	27	-	-	539	-
Investimentos em controladas	9	376.776	267.720	-	-	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	-	-	13.359	1.727
						Outros débitos	17	-	-	13.832	18.004
						Tributos e contribuições a recolher	15	-	-	3.479	-
Imobilizado	10	-	-	222.478	111.438	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	423.892	321.199	428.913	323.088
Imobilizado de uso próprio - hospitalares		-	-	61.354	33.985	Capital social		59.936	50.206	59.936	50.206
Imobilizado de uso próprio - não hospitalares		-	-	90.532	58.124	Reserva legal		9.291	4.069	9.291	4.069
Imobilizações em curso		-	-	47.055	5.455	Reservas de capital		274.141	209.710	274.141	209.710
Outras imobilizações - hospitalares		-	-	23.537	13.874	Reservas de lucros		110.094	57.214	110.094	57.214
						Ágio em transação de capital		(29.570)	-	(29.570)	-
Intangível	11	-	-	135.940	79.370	Participação dos acionistas não controladores		-	-	5.021	1.889
TOTAL DO ATIVO		459.422	329.869	831.358	580.570	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		459.422	329.869	831.358	580.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GSRP PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018 (Reapresentado)	2017	2018 (Reapresentado)	2017
Contraprestações líquidas	22	-	-	1.332.127	1.043.003
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		-	-	1.353.330	1.084.280
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		-	-	(21.204)	(41.277)
Eventos indenizáveis líquidos		-	-	(898.565)	(757.908)
Eventos conhecidos ou avisados	23	-	-	(889.286)	(748.801)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		-	-	(9.280)	(9.107)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		-	-	433.561	285.095
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		-	-	6.918	2.836
Outras receitas operacionais	24	-	-	172.188	154.024
Tributos diretos de operações não relacionadas com planos de saúde		-	-	(8.586)	(441)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		-	-	(5.322)	(3.645)
Provisão para perdas sobre créditos		-	-	(16.040)	(22.262)
Outras despesas de operações de assistência a saúde não relacionadas com planos de saúde	24	-	-	(146.646)	(118.499)
Resultado de equivalência patrimonial	9	93.850	72.057	-	-
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas		(202)	-	5.544	8.276
Resultado bruto		93.648	72.057	441.617	305.384
Despesas de comercialização	25	-	-	(22.890)	(14.922)
Despesas administrativas	25	(4.666)	(3.597)	(296.895)	(198.157)
Resultado financeiro		1.418	3.217	8.000	14.987
Receitas financeiras	26	1.486	3.231	20.786	22.785
Despesas financeiras	26	(68)	(14)	(12.786)	(7.798)
Resultado antes dos impostos		90.400	71.677	129.832	107.292
Imposto de renda e contribuição social - correntes	27	(3)	(1.330)	(44.512)	(40.538)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-	8.209	4.354
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		90.396	70.347	93.528	71.107
ATRIBUÍDO À					
Participação dos acionistas da controladora				90.396	70.347
Participação dos acionistas não controladores				3.132	760
LUCRO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES				93.528	71.107
BÁSICO E DILUÍDO, CALCULADO COM BASE NO NÚMERO MÉDIO PONDERADO NO EXERCÍCIO, EM REAIS (R\$)		2,0103	1,4011		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GSFRP PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	90.396	70.347	93.528	71.107
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>90.396</u>	<u>70.347</u>	<u>93.528</u>	<u>71.107</u>
ATRIBUÍDO À				
Participação dos acionistas da controladora			90.396	70.347
Participação dos acionistas não controladores			<u>3.132</u>	<u>760</u>
			<u>93.528</u>	<u>71.107</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GSFR PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Reserva de capital			Reserva de lucros		Ágio em transação de capital	Lucros acumulados	Patrimônio atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total consolidado
		subscrito	a integralizar	total	subscrita	a integralizar	total	Reserva legal	Reserva de investimentos e capital de giro					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		50.209	(3)	50.206	267.210	(57.500)	209.710	551	7.412	-	-	267.879	1.129	269.008
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	70.347	70.347	760	71.107
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	-	-	3.518	-	-	(3.518)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.027)	(17.027)	-	(17.027)
Transferência para reserva de investimentos e capital de giro		-	-	-	-	-	-	-	49.802	-	(49.802)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		50.209	(3)	50.206	267.210	(57.500)	209.710	4.069	57.214	-	-	321.199	1.889	323.088
Aumento de reserva de capital a integralizar	21. (b)	-	-	-	6.931	(6.931)	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de reserva de capital	21. (b)	-	-	-	-	64.431	64.431	-	-	-	-	64.431	-	64.431
Aumento de capital mediante a incorporação de acervo líquido cindido de parte relacionada	21. (a)	9.730	-	9.730	-	-	-	-	-	-	-	9.730	-	9.730
Aumento de capital	21. (a)	3.772	(3.772)	-	14.060	(14.060)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ágio em transação de capital	21. (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.570)	-	(29.570)	-	(29.570)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	104.442	104.442	3.276	107.718
Originalmente apresentado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.046)	(14.046)	(144)	(14.190)
(-) Ajustes de reapresentação (Nota 2.1.1)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.396	90.396	3.132	93.528
(=) Lucro líquido do exercício ajustado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.222)	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	-	-	5.222	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	21. (f) e (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.669)	(14.669)	-	(14.669)
Dividendos mínimos obrigatórios	21. (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.269)	(11.269)	-	(11.269)
Dividendos adicionais distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.356)	(6.356)	-	(6.356)
Transferência para reserva de investimentos e capital de giro		-	-	-	-	-	-	-	52.880	-	(52.880)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (reapresentado)		63.711	(3.775)	59.936	288.201	(14.060)	274.141	9.291	110.094	(29.570)	-	423.892	5.021	428.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GSFRP PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de planos de saúde	-	-	1.448.224	1.136.068
Outros recebimentos operacionais	-	-	280.279	267.212
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	-	-	(941.941)	(751.344)
Pagamentos de comissões	-	-	(16.600)	(10.680)
Pagamentos de pessoal	-	-	(167.952)	(149.610)
Pagamentos de "pro labore"	-	-	(140)	(371)
Pagamentos de serviços de terceiros	-	-	(131.093)	(71.505)
Pagamentos de tributos	-	(972)	(180.462)	(137.629)
Pagamentos de aluguel	-	-	(13.948)	(11.063)
Pagamentos de promoção/publicidade	-	-	(979)	(929)
Aplicações financeiras	(11.139)	(9.264)	(76.649)	(24.686)
Outros pagamentos operacionais	-	-	(143.121)	(107.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(11.139)	(10.236)	55.618	138.462
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	-	(30.075)	(63.114)
Integralização capital controladas	(39.343)	(38.000)	-	-
Aquisição investimento	(5.463)	-	(48.758)	-
Recebimento de dividendos	39.609	11.287	-	-
Aquisição de carteira de clientes	-	-	(36.673)	(11.327)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.197)	(26.713)	(115.506)	(74.441)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Pagamento de juros sobre capital próprio	(13.473)	-	(13.473)	-
Captação financiamentos	-	-	5.645	1
Pagamento de amortização - financiamentos	-	-	(11.639)	(10.875)
Distribuição dividendos	(17.625)	-	(17.625)	-
Integralização de capital	64.431	-	64.431	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	33.333	-	27.339	(10.875)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	16.997	(36.949)	(32.549)	53.146
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS				
Disponível e aplicação não vinculadas no fim do exercício	39.879	22.882	138.384	170.933
Disponível e aplicação não vinculadas no início do exercício	22.882	59.831	170.933	117.787
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	16.997	(36.949)	(32.549)	53.146
CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	90.396	70.347	90.252	70.347
Depreciação e amortização	3.099	2.245	26.483	16.997
Equivalência	(93.850)	(72.057)	-	-
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Varição das aplicações vinculadas a provisões técnicas	-	-	(60.103)	(7.003)
Varição de créditos das operações com planos de assistência à saúde	-	-	3.599	(28.845)
Varição dos bens e títulos a receber	(3.299)	(8.903)	(22.371)	(21.475)
Varição de investimentos em controladas	25.193	(8.155)	-	(8.155)
Varição de depósitos judiciais e fiscais	-	-	(619)	(1.054)
Varição de aplicações livres	-	-	1.605	-
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	-	(6.228)	65.638
Varição dos tributos e encargos a recolher	2	-	6.083	6.621
Varição dos débitos diversos	(32.680)	6.287	2.726	45.390
Varição do programa de incentivo de executivos	-	-	14.190	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(11.139)	(10.236)	55.618	138.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GSFRP PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REAPRESENTADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GSFRP Participações S.A. ("Companhia"), sediada em Ribeirão Preto - SP e constituída em 16 de junho de 2016, tem como objetivo a participação no capital e nos resultados de outras sociedades nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia ou cotista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

A Companhia é controladora das seguintes empresas

i) São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda.

A São Francisco Sistemas de Saúde S/E Ltda. ("Operadora" ou "São Francisco Saúde"), sediada em Ribeirão Preto - SP, tem como objetivo a administração, assessoria, implantação e comercialização de sistemas e planos de saúde individuais, familiares e coletivos, por meios de execução próprios ou mediante contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados e de reembolso de despesas médicas, odontológicas, hospitalares e ambulatoriais a seus beneficiários; o atendimento médico ambulatorial; e a organização de cursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação. A Operadora possui destaque no setor sucroalcooleiro.

A Operadora atende às exigências da Lei nº 9.656/98 e possui registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 30.209-1.

Com o objetivo de obter agilidade operacional, qualidade no atendimento e eficiência fiscal e, conseqüentemente, reduzir custos assistenciais, esforços de regulação, auditoria médica e faturamento hospitalar, em 2016, houve uma reestruturação do grupo econômico e a sociedade Hospital São Francisco S/E Ltda. ("Hospital" ou "HSF") foi incorporada pela Operadora. A proposta de incorporação é fruto de estudo feito pelo HSF em conjunto com a Operadora, com o objetivo de analisar o contexto econômico das sociedades envolvidas na operação e quais as alternativas para otimizar seus resultados, potencializar a sinergia existente entre ambas e consolidar suas posições no mercado hospitalar e de operação de planos de saúde.

O objeto social da Operadora, após a incorporação, está definido como:

(a) administração, assessoria, implantação e comercialização de sistemas de planos privados de saúde individuais, familiares e coletivos, por meios de execução próprios ou mediante contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados e de reembolsos de despesas médicas, odontológicas, hospitalares e ambulatoriais feitos aos seus beneficiários; (b) prestação de serviços médico-hospitalares, por meio de estabelecimentos hospitalares, clínicas, prontos-socorros e outras organizações do mesmo gênero; (c) atendimento médico-ambulatorial; (d) organização de cursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação; (e) laboratório: compreendendo análises clínicas, anatomia patológica e citologia; (f) hemoterapia: compreendendo a coleta, fracionamento, sorologia, armazenamento, distribuição e transfusão de sangue; (g) oncologia: compreendendo a manipulação e a infusão, em regime ambulatorial e hospitalar, de quimioterápicos; (h) fisioterapia: em regime hospitalar e ambulatorial; (i) pronto atendimento; (j) atendimento ambulatorial; e (k) prestação de serviços de natureza administrativa.

Tendo em vista que a Operadora está sujeita aos termos da Resolução Normativa nº 270/11 e da Instrução Normativa da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE nº 49/12, editadas pela ANS, a referida incorporação foi aprovada por essa Agência.

Em 1º de outubro de 2018, a São Francisco Saúde, através de contrato de compra e venda, adquiriu 100% das ações da Assistência Médico Hospitalar São Lucas S.A. ("São Lucas Lins"), sociedade anônima com sede na cidade Lins, estado de São Paulo, na rua Pedro de Toledo número 265, inscrita no CNPJ/MF sob número 51.502.821/0001-67. Tem como objeto social a operacionalização de planos de saúde, nos termos da lei 9656/98, medicina preventiva, bem como a prestação de serviços médicos, odontológicos, hospitalares, laboratoriais, resgate médico; com recursos próprios e de terceiros, podendo utilizar-se da cooperação de entidades congêneres, convênios com hospitais, clínicas e demais profissionais da área de saúde, dentre outros meios necessários ao atendimento dos objetivos propostos; a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios. Em 31 de dezembro de 2018, a Assistência Médico São Lucas S.A. possui 69.859 conveniados.

Em novembro de 2018, a São Francisco Saúde, também adquiriu, através de contrato de compra e venda, 100% das quotas do Hospital São Francisco Ltda. ("Quirinópolis"), sociedade empresária de responsabilidade limitada com sede na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás, situado na avenida Lazáro Xavier, 21, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob número 02.046.142/0001-15. A sociedade tem por objetivo a prestação de serviços médicos, clínicos cirúrgicos, hospitalares, laboratórios de análise clínica e raio-x.

ii) São Francisco Odontologia Ltda.

A São Francisco Odontologia Ltda. ("São Francisco Odontologia") foi constituída em 1998 na cidade de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, a partir da idealização de um grupo de profissionais da área odontológica que tinham a preocupação em criar soluções corporativas para o tratamento da saúde bucal. A São Francisco Odontologia tem como objetivo a prestação de serviços odontológicos, de administração, assessoria e implantação de sistemas de operação exclusiva de planos privados de assistência à saúde no segmento odontológico e organização de cursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação. Para atendimento aos usuários, os serviços são prestados em unidades próprias e por profissionais e clínicas conveniadas. Ao longo dos anos, a São Francisco Odontologia vem apresentando um crescimento significativo, que em 2018 se reflete no atendimento de mais de 6.000 credenciados, distribuídos em 1.029 municípios e em 26 estados brasileiros.

A São Francisco Odontologia atende as exigências da Lei nº 9.656/98 e possui registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 36.531-9.

iii) São Francisco Resgate Ltda.

A São Francisco Resgate Ltda. ("São Francisco Resgate"), sediada em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, iniciou suas atividades em março de 1998 e tem por objeto a prestação de serviços de remoção de pacientes, atendimentos e tratamentos domiciliares, atendimento de primeiros socorros e organização de recursos, palestras, seminários e outros eventos em sua área de atuação. Atualmente, a São Francisco Resgate oferece cobertura a mais de 400 mil beneficiários de operadoras de planos de saúde, distribuídos num raio superior a 200 quilômetros.

Atualmente, a São Francisco Resgate conta com 144 bases de apoio em rodovias, 174 ambulâncias e mais de 1.900 colaboradores. A São Francisco Resgate presta serviços de resgate emergencial em mais de 6 mil quilômetros de rodovias de 6 estados, além também prestar serviços voltados para operadoras de planos de saúde.

iv) Hemac Medicina Laboratorial e Hemoterapia

Hemac Medicina Laboratorial e Hemoterapia ("HEMAC") está sediada em Ribeirão Preto, estado de São Paulo. A sociedade tem por objetivo a realização dos serviços de complementação diagnóstica e terapêutica, incluindo serviços de hemoterapia, laboratórios de análises clínicas e postos de coleta. A HEMAC está, atualmente, sem operações, e possui somente ativo imobilizado e gastos administrativos.

v) Centro Avançado Oncológico Ltda. ("CAON")

O CAON está sediado em Ribeirão Preto, estado de São Paulo. A sociedade tem como objetivo a realização de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica, incluindo os serviços de quimioterapia. A CAON está, atualmente, sem operações, e possui somente ativo imobilizado e gastos administrativos.

vi) SF Health Up Desenvolvimento e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda. ("SF Health")

A SF Health está sediada em Ribeirão Preto, estado de São Paulo e foi criada em 2 de fevereiro de 2018, permanecendo sem atividades operacionais desde então. A SF Health tem como objetivo a realização de serviços de desenvolvimento de programas de computador e consultoria em tecnologia da informação.

vii) Documenta Clínica Radiológica Ltda. ("Documenta")

A Documenta, sediada em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, iniciou suas atividades em 1997 e tem por objeto a prestação de serviços médico-hospitalares na área de imagenologia (radiologia e diagnóstico por imagem), medicina nuclear, treinamento em desenvolvimento profissional e assessoria e consultoria no mesmo segmento, podendo também participar de outras sociedades limitadas ou por ações. Vide informações adicionais sobre essa entidade adquirida na nota explicativa nº 10.

Atualmente, a Documenta atende cerca de 40 convênios em Ribeirão Preto e região e 4 convênios em Campo Grande, possuindo 14 unidades de negócios nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 28, em 31 de dezembro de 2018, a controlada São Francisco Saúde não atingiu a margem de solvência requerida pelas normas da ANS. A insuficiência de solvência, no valor de R\$12.972 foi suprida com aumentos de capital efetivados pelos atuais sócios, através de recursos próprios, pelos resultados operacionais ocorridos no primeiro trimestre de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de preparação

Diante do fato de parte significativa das suas controladas serem reguladas e requeridas a prepararem e apresentarem as suas respectivas demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, a Companhia também prepara e apresenta as suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS.

A Resolução Normativa nº 290/12 determinou que a escrituração das operações do mercado de saúde deve obedecer, no que não contrariar os dispositivos dessa Resolução, às normas estabelecidas pela Resolução nº 2016/NBCTSPEC do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.1.1. Reclassificação

Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas apenas reclassificações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme a seguir: i) na controladora, o montante de R\$38.870 foi transferido da rubrica de Investimentos para Ativo fiscal diferido; ii) no consolidado, o montante de R\$38.870 foi transferido da rubrica de Intangível para Ativo fiscal diferido; e iii) no consolidado, o montante de R\$25.532 correspondente à propriedade para investimento, foi transferido da rubrica de Imóveis destinados a renda para Imobilizado de uso próprio – não hospitalares.

2.1.2. Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018 foram originalmente aprovadas pela Administração e emitidas no dia 13 de maio de 2019 e estão sendo reapresentadas e reemitidas para refletir as obrigações advindas do programa de incentivo de longo prazo estabelecido entre as suas controladas e seus respectivos executivos (nota explicativa nº 19). Esses contratos do programa de incentivo de longo prazo foram assinados em 7 março de 2018 e, dessa forma, não houve impacto nos valores correspondentes aos exercícios anteriores.

Os efeitos apurados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial individual e consolidado (Ativo)

31 de dezembro de 2018

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
CIRCULANTE	43.776	-	43.776	402.002	-	402.002
Disponível	2	-	2	4.637	-	4.637
Realizável	43.774	-	43.774	397.365	-	397.365
Aplicações financeiras	39.877	-	39.877	263.744	-	263.744
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	-	-	-	129.997	-	129.997
Aplicações não vinculadas	39.877	-	39.877	133.747	-	133.747
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	-	-	58.699	-	58.699
Contraprestação pecuniária a receber	-	-	-	58.385	-	58.385
Partes relacionadas - contraprestação pecuniária a receber	-	-	-	314	-	314
Créditos a receber de prestação de serviços	-	-	-	23.747	-	23.747
Créditos a receber de prestação de serviços - partes relacionadas	4	-	4	97	-	97
Créditos tributários e previdenciários	2.754	-	2.754	20.186	-	20.186
Bens e títulos a receber	22	-	22	30.893	-	30.893
Bens e títulos a receber - partes relacionadas	1.117	-	1.117	-	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	429.692	(14.046)	415.646	422.046	7.310	429.356
Realizável a longo prazo	38.870	-	38.870	63.628	7.310	70.938
Aplicações não vinculadas	-	-	-	2.278	-	2.278
Ativo fiscal diferido	38.870	-	38.870	50.661	7.310	57.971
Depósitos e bloqueios judiciais e fiscais	-	-	-	10.689	-	10.689
Investimentos em controladas	390.822	(14.046)	376.776	-	-	-
Imobilizado:	-	-	-	222.478	-	222.478
Imobilizado de uso próprio - hospitalares	-	-	-	61.354	-	61.354
Imobilizado de uso próprio - não hospitalares	-	-	-	90.532	-	90.532
Imobilizações em curso	-	-	-	47.055	-	47.055
Outras imobilizações - hospitalares	-	-	-	23.537	-	23.537
Intangível	-	-	-	135.940	-	135.940
TOTAL DO ATIVO	473.468	(14.046)	459.422	824.048	7.310	831.358

31 de dezembro de 2017

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
ATIVO						
CIRCULANTE	23.279	-	23.279	330.484	-	330.484
Disponível	17	-	17	988	-	988
Realizável	23.262	-	23.262	329.496	-	329.496
Aplicações financeiras	22.865	-	22.865	233.907	-	233.907
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	-	-	-	63.962	-	63.962
Aplicações não vinculadas	22.865	-	22.865	169.945	-	169.945
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	-	-	58.987	-	58.987
Contraprestação pecuniária a receber	-	-	-	58.595	-	58.595
Partes relacionadas - contraprestação pecuniária a receber	-	-	-	392	-	392
Créditos a receber de prestação de serviços	-	-	-	18.632	-	18.632
Créditos a receber de prestação de serviços - partes relacionadas	-	-	-	146	-	146
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	1.700	-	1.700
Bens e títulos a receber	-	-	-	16.124	-	16.124
Bens e títulos a receber - partes relacionadas	397	-	397	-	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	306.590	-	306.590	250.086	-	250.086
Realizável a longo prazo	38.870	-	38.870	84.810	-	59.278
Aplicações não vinculadas	-	-	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	-	38.870	38.870	10.892	38.870	49.762
Depósitos e bloqueios judiciais e fiscais	-	-	-	9.516	-	9.516
Imóveis destinados a renda	-	-	-	25.532	(25.532)	-
Investimentos em controladas	306.590	(38.870)	267.720	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	85.906	-	111.438
Imobilizado de uso próprio - hospitalares	-	-	-	33.985	-	33.985
Imobilizado de uso próprio - não hospitalares	-	-	-	32.592	25.532	58.124
Imobilizações em curso	-	-	-	5.455	-	5.455
Outras imobilizações - hospitalares	-	-	-	13.874	-	13.874
Intangível	-	-	-	118.240	(38.870)	79.370
TOTAL DO ATIVO	329.869	-	329.869	580.570	-	580.570

Balço patrimonial individual e consolidado (Passivo e Patrimônio Líquido)

	31 de dezembro de 2018					
	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PASSIVO CIRCULANTE	35.530	-	35.530	314.188	21.500	335.688
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	-	-	-	122.643	21.500	144.143
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	-	-	-	7.903	-	7.903
Provisões de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	-	-	-	50.153	-	50.153
Provisão para remissão	-	-	-	936	-	936
Provisão eventos a liq. para outros prest. de serv. assistenciais	-	-	-	36.182	-	36.182
Provisão de eventos a liquidar para SUS	-	-	-	23.157	-	23.157
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais - partes relacionadas	-	-	-	4.313	-	4.313
Programa de incentivo de executivos	-	-	-	-	21.500	21.500
Débitos de operações de assistência à saúde	-	-	-	9.472	-	9.472
Comercialização sobre operações	-	-	-	889	-	889
Outros débitos de operações de assistência à saúde	-	-	-	8.583	-	8.583
Tributos e contribuições a recolher	520	-	520	23.993	-	23.993
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	-	-	11.794	-	11.794
Débitos diversos	2	-	2	111.176	-	111.176
Partes relacionadas - débitos diversos	35.007	-	35.007	35.110	-	35.110
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	66.757	-	66.757
Provisão para remissão	-	-	-	1.504	-	1.504
Provisão de eventos a liquidar para SUS	-	-	-	10.223	-	10.223
Provisões para riscos	-	-	-	23.821	-	23.821
Passivo fiscal diferido	-	-	-	539	-	539
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	-	-	13.359	-	13.359
Outros débitos	-	-	-	13.832	-	13.832
Tributos e contribuições a recolher	-	-	-	3.479	-	3.479
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	437.938	(14.046)	423.892	443.103	(14.190)	428.913
Capital social	59.936	-	59.936	59.936	-	59.936
Reserva legal	9.291	-	9.291	9.291	-	9.291
Reservas de capital	274.141	-	274.141	274.141	-	274.141
Reservas de lucros	124.140	(14.046)	110.094	124.140	(14.046)	110.094
Ágio em transação de capital	(29.570)	-	(29.570)	(29.570)	-	(29.570)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	5.165	(144)	5.021
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	473.468	(14.046)	459.422	824.048	7.310	831.358

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Saldos originalmente apresentados								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ágio em transação de capital	Lucros acumulados	Patrimônio atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	50.206	209.710	551	7.412	-	-	267.879	1.129	269.008
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	70.347	70.347	760	71.107
Constituição de reserva legal	-	-	3.518	-	-	(3.518)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(17.027)	(17.027)	-	(17.027)
Transferência para a reserva de investimentos e capital de giro	-	-	-	49.802	-	(49.802)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	50.206	209.710	4.069	57.214	-	-	321.199	1.889	323.088
Integralização de reserva de capital	-	64.431	-	-	-	-	64.431	-	64.431
Aumento de capital mediante incorporação de acervo líquido	9.730	-	-	-	-	-	9.730	-	9.730
Ágio em transação de capital	-	-	-	-	(29.570)	-	(29.570)	-	(29.570)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	104.442	104.442	3.276	107.718
Constituição de reserva de legal	-	-	5.222	-	-	(5.222)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(14.669)	(14.669)	-	(14.669)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(11.269)	(11.269)	-	(11.269)
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	(6.356)	(6.356)	-	(6.356)
Transferência para a reserva de investimentos e capital de giro	-	-	-	66.926	-	(66.926)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	59.936	274.141	9.291	124.140	(29.570)	-	437.938	5.165	443.103

	Saldos reapresentados								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ágio em transação de capital	Lucros acumulados	Patrimônio atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>50.206</u>	<u>209.710</u>	<u>551</u>	<u>7.412</u>	-	-	<u>267.879</u>	<u>1.129</u>	<u>269.008</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	70.347	70.347	760	71.107
Constituição de reserva legal	-	-	3.518	-	-	(3.518)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(17.027)	(17.027)	-	(17.027)
Transferência para a reserva de investimentos e capital de giro	-	-	-	49.802	-	(49.802)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>50.206</u>	<u>209.710</u>	<u>4.069</u>	<u>57.214</u>	-	-	<u>321.199</u>	<u>1.889</u>	<u>323.088</u>
Integralização de reserva de capital	-	64.431	-	-	-	-	64.431	-	64.431
Aumento de capital mediante incorporação de acervo líquido	9.730	-	-	-	-	-	9.730	-	9.730
Ágio em transação de capital	-	-	-	-	(29.570)	-	(29.570)	-	(29.570)
Lucro líquido do exercício ajustado	-	-	-	-	-	90.396	90.396	3.132	93.528
Constituição de reserva de legal	-	-	5.222	-	-	(5.222)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(14.669)	(14.669)	-	(14.669)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(11.269)	(11.269)	-	(11.269)
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	(6.356)	(6.356)	-	(6.356)
Transferência para a reserva de investimentos e capital de giro	-	-	-	52.880	-	(52.880)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>59.936</u>	<u>274.141</u>	<u>9.291</u>	<u>110.094</u>	<u>(29.570)</u>	-	<u>423.892</u>	<u>5.021</u>	<u>428.913</u>

Demonstração do resultado individual e consolidada

31 de dezembro de 2018

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Contraprestações líquidas	-	-	-	1.332.127	-	1.332.127
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	-	-	-	1.353.330	-	1.353.330
Tributos diretos oper. com planos de assist. à saúde da operadora	-	-	-	(21.204)	-	(21.204)
Eventos indenizáveis líquidos	-	-	-	(898.565)	-	(898.565)
Eventos conhecidos ou avisados	-	-	-	(889.286)	-	(889.286)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados	-	-	-	(9.280)	-	(9.280)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	-	-	-	433.561	-	433.561
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	-	-	-	6.918	-	6.918
Outras receitas operacionais	-	-	-	172.188	-	172.188
Tributos diretos de oper. não relacionadas com planos de saúde	-	-	-	(8.586)	-	(8.586)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	-	-	-	(5.322)	-	(5.322)
Provisão para perdas sobre créditos	-	-	-	(16.040)	-	(16.040)
Outras desp. oper. de assist. saúde não relac. c/ planos de saúde	-	-	-	(146.646)	-	(146.646)
Resultado de equivalência patrimonial	107.896	(14.046)	93.850	-	-	-
Outras receitas e despesas	(202)	-	(202)	5.544	-	(15.956)
Resultado bruto	107.694	(14.046)	93.648	441.617	-	441.617
Despesas de comercialização	-	-	-	(22.890)	-	(22.890)
Despesas administrativas	(4.666)	-	(4.666)	(275.395)	(21.500)	(296.895)
Resultado financeiro	1.418	-	1.418	8.000	-	8.000
Receitas financeiras	1.486	-	1.486	20.786	-	20.786
Despesas financeiras	(68)	-	(68)	(12.786)	-	(12.786)
Resultado antes dos impostos	104.446	(14.046)	90.400	151.332	(21.500)	129.832
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(3)	-	(3)	(44.512)	-	(44.512)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-	-	899	7.310	8.209
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	104.443	(14.046)	90.397	107.719	(14.190)	93.529
ATRIBUÍDO À						
Participação dos acionistas da controladora				104.443	(14.046)	90.397
Participação dos acionistas não controladores				3.276	(144)	3.132
				107.719	(14.190)	93.529

Demonstração do resultado abrangente individual e consolidado

	31 de dezembro de 2018					
	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	104.442	(14.046)	90.396	107.718	(14.190)	93.528
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>104.442</u>	<u>(14.046)</u>	<u>90.396</u>	<u>107.718</u>	<u>(14.190)</u>	<u>93.528</u>
ATRIBUÍDO À						
Participação dos acionistas da controladora				104.442	(14.046)	90.396
Participação dos acionistas não controladores				3.276	(144)	3.132
				<u>107.718</u>	<u>(14.190)</u>	<u>93.528</u>

Demonstração do fluxo de caixa individual e consolidado

	31 de dezembro de 2018					
	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Saldo reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Saldo reapresentado
CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	104.442	(14.046)	90.396	104.442	(14.190)	90.252
Depreciação e amortização	3.099	-	3.099	26.483	-	26.483
Equivalência	(107.896)	14.046	(93.850)	-	-	-
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Varição das aplicações vinculadas a provisões técnicas	-	-	-	(60.103)	-	(60.103)
Varição de créditos das oper. com planos de assist. à saúde	-	-	-	3.599	-	3.599
Varição dos bens e títulos a receber	(3.299)	-	(3.299)	(22.371)	-	(22.371)
Varição de investimentos em controladas	25.193	-	25.193	-	-	-
Varição de depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	(619)	-	(619)
Varição de aplicações livres	-	-	-	1.605	-	1.605
Varição das prov. técnicas de oper. de assistência à saúde	-	-	-	(6.228)	-	(6.228)
Varição dos tributos e encargos a recolher	2	-	2	6.083	-	6.083
Varição dos débitos diversos	(32.680)	-	(32.680)	2.726	-	2.726
Varição do plano de incentivo de executivos	-	-	-	-	14.190	14.190
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(11.139)</u>	<u>-</u>	<u>(11.139)</u>	<u>55.618</u>	<u>-</u>	<u>55.618</u>

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas e apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Base de elaboração, consolidação e investimentos em controladas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle direto ou indireto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre a Companhia e as suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em controladas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, observando os percentuais de participação em vigor.

b) Transações e participações societárias de não controladores

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos destas. Para as compras de participação de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida e sua coligada, uma "join venture" ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

As controladas que foram consolidadas são:

	Participação	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
São Francisco Saúde	99,85%	99,82%
São Francisco Odontologia	90,00%	90,00%
São Francisco Resgate	100,00%	100,00%
Documenta	89,70%	-
SF Health	100,00%	-
HEMAC	100,00%	100,00%
CAON	100,00%	100,00%

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

	31/12/2018						
	São Francisco Saúde	São Francisco Odontologia	São Francisco Resgate	Documenta	SF Health	HEMAC Nota 1 - "iv"	CAON Nota 1 - "v"
Ativo circulante	291.827	33.225	28.530	13.331	150	-	-
Ativo não circulante	292.714	14.506	19.540	21.009	196	573	345
Total do ativo	584.541	47.731	46.782	34.340	346	573	345
Passivo circulante	249.680	16.816	11.897	9.102	-	-	-
Passivo não circulante	69.504	5.548	8.827	4.379	-	-	-
Patrimônio líquido	265.357	25.367	26.056	20.860	346	573	345
Total do passivo e patrimônio líquido	584.541	47.731	46.782	34.340	346	573	345

	31/12/2017				
	São Francisco Saúde	São Francisco Odontologia	São Francisco Resgate	HEMAC Nota 1 - "iv"	CAON Nota 1 - "v"
Ativo circulante	270.737	20.712	18.914	-	-
Ativo não circulante	143.855	4.741	15.575	658	393
Total do ativo	414.592	25.453	34.489	658	393
Passivo circulante	194.492	7.278	10.909	-	-
Passivo não circulante	35.951	2.678	3.215	-	-
Patrimônio líquido	184.149	15.497	20.365	658	393
Total do passivo e patrimônio líquido	414.592	25.453	34.489	658	393

2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste na somatória dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio gerado nas aquisições é avaliado como o custo da combinação de negócios que exceda a participação da adquirente no patrimônio líquido da empresa adquirida.

O ágio registrado por uma aquisição será ajustado durante o período de mensuração (período de até 12 meses após a data da aquisição), caso sejam identificadas nesse período contingências ativas ou passivas atribuíveis à data da aquisição. Após o período de mensuração, a contrapartida contingente atribuível ao ativo ou ao passivo é mensurada novamente nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado do período em curso.

2.5. Ágio gerado na combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (vide nota explicativa nº 2.4.), líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver.

O ágio e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; porém, a possibilidade de perda do valor recuperável do ativo é testada pelo menos anualmente. Qualquer perda permanente identificada é registrada de imediato no resultado do período e não é revertida em períodos subsequentes.

Na alienação de uma controlada, o correspondente ágio é incluído na determinação do resultado da alienação.

2.6. Novos pronunciamentos técnicos, revisões, alterações e interpretações já emitidas, porém ainda não adotados pela Companhia e suas controladas:

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" nas IFRS, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e/ou não foram aprovadas pela ANS:

- CPC 48 - Instrumentos financeiros

Estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Essa nova norma substitui o CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

- CPC 47 - Receita de contrato com cliente

A nova norma substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção", o CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações, e traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a entidade tenha direito na operação.

- CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil/Leasing:

A nova norma altera o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para, praticamente, todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

- IFRS 17 - Contratos de seguros (ainda não normatizado pelo CPC)

A alteração dessa nova norma determina a agregação de contratos em grupos, de forma a limitar a compensação de contratos lucrativos contra os onerosos. A segregação da carteira deve ser, no mínimo, entre: i) grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos e; iii) grupo de quaisquer contratos remanescentes na carteira. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Não há outras normas emitidas pelo CPC ou interpretações que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas.

2.7. Principais práticas contábeis

a) Disponível

Incluem os depósitos bancários, registrados no disponível, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras são vinculadas a remuneração de renda fixa, conforme demonstrado na nota explicativa nº 3.

c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representados pelos valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde.

d) Provisão para perdas sobre créditos

Constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 60 dias, nos casos de operações com planos individuais, e há mais de 90 dias para os demais planos. A provisão é constituída incluindo todas as parcelas a vencer desses contratos, quando consideradas não realizáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas.

e) Créditos a receber de prestação de serviços

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e ajustadas a valor presente, quando aplicável e relevante. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

f) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Essa categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado na data inicial de sua aquisição.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas classificam nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os ativos dessa categoria são, em geral, classificados como ativos circulantes.

Em 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas não detinham instrumentos financeiros derivativos e não identificaram derivativos embutidos em seus contratos de seguros.

ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas compreendem créditos de operações com planos de assistência à saúde, contas a receber de serviços, contas a receber de partes relacionadas e outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii) Outros passivos financeiros

Representados pelos empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Este método é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar a despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do seu valor contábil líquido.

g) Investimento em controladas

Os investimentos em controladas diretas e indiretas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no balanço levantado pela controlada na mesma data-base das informações financeiras da Companhia.

h) Imobilizado

Demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente no resultado. As depreciações são calculadas considerando-se os anos como vida útil-econômica estimada dos bens, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, em cada exercício.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

i) Intangível

Correspondem ao software e carteira de clientes de beneficiários de planos de assistência à saúde e odontológicos. O software é mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

As carteiras de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, deduzidas da amortização correspondente. A vida econômica das carteiras de clientes em dez anos com base na expectativa de obtenção de fluxos positivos e benefícios econômicos do ativo.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente, por meio da combinação de negócios, são mensurados a "fair value" no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos imobilizados são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

j) Arrendamentos

Classificados como arrendamentos financeiros sempre que os termos do arrendamento transferirem, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo arrendado à Companhia e suas controladas diretas e indiretas. Todos os demais arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas relativas aos arrendamentos operacionais são registradas no resultado, linearmente, ao longo do prazo de contrato.

Direitos sobre ativos mantidos em arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas pelo valor justo do bem arrendado (ou, se for menos, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento), no início do arrendamento. O passivo devido ao arrendador é incluído na demonstração da posição financeira como uma obrigação de arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre encargos financeiros e a redução da obrigação de arrendamento, de modo a atingir uma taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são deduzidos na mensuração de lucros e perdas. Ativos mantidos em arrendamentos financeiros são incluídos no imobilizado, sendo depreciados e avaliados quanto a perdas por redução ao valor recuperável da mesma forma que ativos próprios.

k) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa RN nº 206/09, da ANS, e subsequentes alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar, calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebida pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviços, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indireta por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, conforme estabelecido pela RN ANS nº 209/09 e RN nº 290/2012. Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), determinada pela Resolução Normativa nº 393/15: é calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial - NTA.

As provisões técnicas constituídas são:

- Provisão para remissão: a Resolução Normativa nº 75, de 10 de maio de 2004, requer a constituição de provisão para remissão. Através de metodologia definida em nota técnica atuarial (NTA), aprovada pela ANS, é utilizada para assegurar aos dependentes do titular falecido, a garantia ao atendimento à saúde prevista contratualmente.
- Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA): determinada pela Resolução Normativa nº 393/15, deve ser estimada atuarialmente para fazer frente aos pagamentos de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora de planos de assistência à saúde.

- Provisão de eventos a liquidar para o SUS: referem-se aos valores cobrados das operadoras de planos privados de assistência à saúde pela ANS, relativos aos atendimentos previstos nos contratos com os beneficiários da operadora e que tenham sido efetuados na rede pública integrante do Sistema Único de Saúde - SUS.

- Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

A Resolução Normativa nº 209/09 determinou a constituição dessa provisão a partir de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação dos prestadores de serviços, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indireta por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

São reconhecidos pelo valor justo, na prática, e correspondem ao valor da fatura apurada com base nos serviços prestados apontados nos registros de produção médica dos cooperados e credenciados, bem como faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pela Cooperativa, conforme estabelecido pela Instrução Normativa IN nº 32/2009.

- Provisão para prêmios não ganhos (PPCNG): conforme RN nº 314, de 23 de novembro de 2012, esta provisão deve ser constituída para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. O cálculo da PPCNG deve apurar a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura de risco, nos contratos em pré-pagamento, por meio de cálculos individuais dos contratos vigentes na data base de sua constituição.

A PPCNG deve ser constituída diariamente, a partir do início de vigência, e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

I) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados como passivo não circulante.

m) Provisão para riscos

Reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Companhia e suas controladas diretas e indiretas espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

A provisão para riscos, se necessária, é registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas e por seus assessores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, as quais, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são atualizadas monetariamente pela taxa Selic. Os depósitos judiciais e fiscais são apresentados no ativo não circulante e são atualizados monetariamente.

n) Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de custo, deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização (ativos), e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos). Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária são atualizados até o fim de cada período, assim como os ativos e passivos contratados em moeda estrangeira, quando existentes, são convertidos para reais (R\$) às taxas de câmbio em vigor naquela data. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. Quando necessário, é constituída provisão em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

o) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas São Francisco Odontologia, São Francisco Sistemas de Saúde e São Francisco Resgate apuram esses tributos com base no lucro real. Desta forma, o resultado do imposto de renda e da contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos:

Correntes

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada período, ajustada na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% o que exceder a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

Diferidos

Constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, quando aplicável, e registrados no ativo não circulante, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

As controladas Documenta Clínica Radiológica, Hemac Medicina Laboratorial, Centro Avançado Ocontológico e SF Health apuram esses tributos com base no lucro presumido. Dessa forma, a provisão do imposto de renda é calculada com base à alíquota de 8% sobre o total da receita bruta, acrescido dos rendimentos e ganhos líquidos em aplicações financeiras e demais receitas financeiras. Sobre essa base é aplicada a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro presumido que exceder a R\$240. A provisão da contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido, calculado como sendo equivalente a 12% da receita bruta no mercado interno.

p) Reconhecimento das receitas operacionais

i) São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia

De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 314, de 23 de novembro de 2012, a receita operacional é reconhecida no período de cobertura do risco incorrido ("pro rata die"). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura, seu valor é registrado na rubrica "Provisão de prêmios não ganhos", no passivo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência médica são contabilizadas pelo regime de competência.

ii) São Francisco Resgate e Documenta

A receita de prestação de serviços de remoção de pacientes da Sociedade é reconhecida mediante condições estabelecidas em contrato, possuindo valor fixo estabelecido e data do serviço estabelecida. O reconhecimento contábil da receita de prestação de serviços tem como base a execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

q) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

i) São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia

Os custos com operação da rede própria de atendimento médico são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são contabilizados com base nas notificações comunicadas às operadoras de acordo com a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

r) Apuração do resultado

O resultado das operações das controladas diretas e indiretas é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de período.

s) Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base em premissas, a Sociedade e suas controladas diretas e indiretas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas revisam as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritos a seguir:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas constituem a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do Anexo da RN nº 418/2016 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme disposto a seguir: a) nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; b) para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de noventa dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; c) para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde da própria Operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias, a totalidade do crédito foi provisionada.

Vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização do intangível e avaliação de "impairment"

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas reconhecem a depreciação de seus ativos imobilizados com base na estimativa de vida útil remanescente de cada grupo de ativos, assim como o período de amortização dos itens do ativo intangível. Entretanto, as vidas úteis e outros fatores reais podem variar com base nas circunstâncias e utilização dos respectivos ativos.

Provisão para riscos

As provisões para riscos, relacionadas a processos judiciais e administrativos (trabalhistas, tributários e cíveis), são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas utilizam metodologia atuarial própria, devidamente consubstanciada por uma Nota Técnica Atuarial – NTA, aprovada pela ANS, para o cálculo da PEONA. O critério de cálculo utilizado baseia-se no percentual médio ponderado obtido através da construção do “Triângulo de Run-off”, relativo aos valores não avisados, segundo o mês de ocorrência do evento e registradas de acordo com as normas da ANS.

A metodologia utilizada para o cálculo da PEONA possui duas variáveis importantes: dias de atraso para registro contábil dos eventos e média de doze meses do custo assistencial em pré-pagamento.

Programa de incentivo de executivos

O programa de incentivo de executivos (nota explicativa nº 20), estabelecido em 2018, é considerado como um instrumento de dívida que requer julgamento e estimativas para a sua quantificação, entre elas: i) projeção dos resultados futuros das operações da Companhia e suas controladas; ii) expectativa se os executivos permanecerão na Companhia e suas controladas; iii) estimativa da data de ocorrência do evento de liquidez (venda de participação acionária); iv) taxa de desconto. Essas estimativas e julgamentos foram realizados considerando informações e dados disponíveis na data-base dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Informações e dados futuros podem influenciar significativamente a quantificação e período de realização dessa estimativa.

t) Resultado básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante o período.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidores em circulação durante o período.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Vinculadas às provisões técnicas: (i):				
Fundo de investimento dedicado ao setor de saúde suplementar - ANS RF	-	-	129.997	63.962
Não vinculadas às provisões técnicas: (ii):				
Certificado de depósito bancário – CDB	39.877	22.865	59.671	-
Operações compromissadas	-	-	37.148	-
Cotas de fundos de investimentos (iii)	-	-	39.206	169.945
Total	<u>39.877</u>	<u>22.865</u>	<u>266.022</u>	<u>233.907</u>
Circulante	39.877	22.865	263.744	233.907
Não circulante – aplicações não vinculadas	-	-	2.278	-

- (i) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas estão nos termos da Resolução Normativa ANS nº 392/15. A vinculação foi realizada em fundo de investimento dedicado à saúde suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras remunerados à taxa média ponderada de 98,5% em 31 de dezembro de 2018 (94,12% em 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A variação corresponde à transferência de saldo das aplicações não vinculadas para atendimento às exigências da ANS (lastro e vinculação).

- (ii) As aplicações não vinculadas às provisões técnicas estão representadas por aplicações financeiras em Operações compromissadas, CDBs e Fundos de Investimentos, mantidas com atualização média entre 65% e 103,3% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2018 e entre 68% e 103% do CDI em 31/12/2017, mantidas em instituições bancárias as quais a Administração entende ser de primeira linha, de acordo com o rating divulgado pelas agências de risco, apresentam liquidez imediata e insignificante risco de valor.
- (iii) Em 2018, foi necessária a readequação dos investimentos para o atendimento das provisões técnicas da ANS. Em abril de 2018, foi sacado R\$52.000 de fundo de investimento não vinculado da controlada São Francisco Saúde e aplicado em fundo de investimento vinculado.

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - CONSOLIDADO

	31/12/2018				
	Vencidos				
	A vencer	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Total
Contraprestação pecuniária a receber	33.089	23.065	11.490	54.035	121.679
Provisão para perdas sobre créditos					(63.294)
Total líquido					<u>58.385</u>
	31/12/2017				
	Vencidos				
	A vencer	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Total
Contraprestação pecuniária a receber	51.637	13.611	10.098	33.518	108.864
Provisão para perdas sobre créditos					(50.269)
Total líquido					<u>58.595</u>

Refere-se as contas a receber dos beneficiários dos planos de assistência médica e odontológica oferecidos pelas controladas São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia e pela nova operadora adquirida pela São Francisco Saúde em 2018: São Lucas Lins.

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(34.236)
Adição (despesas do exercício)	(20.696)
Reversão/baixas	4.633
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(50.269)
Adição (despesas do exercício)	(15.191)
Reversão/baixas	2.166
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(63.294)</u>

5. CONTAS A RECEBER DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços médico-hospitalares (a)	17.416	11.953
Serviços médico-hospitalares a faturar (b)	1.340	1.341
Serviços de remoção e atendimento emergenciais (c)	11.208	10.270
Serviços de diagnóstico por imagem (d)	1.570	-
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(7.787)	(4.932)
Total	<u>23.747</u>	<u>18.632</u>

- (a) Refere-se a serviços médico-hospitalares prestados pela São Francisco Saúde e suas controladas aos beneficiários dos planos de saúde a partir da incorporação do Hospital, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
- (b) Refere-se a receitas provenientes da internação de pacientes no fim do período de 2018 e de 2017 que, por não terem tido alta ou não terem completado 30 dias de internação, não tiveram sua fatura emitida dentro desse período.
- (c) Refere-se a receitas provenientes de serviços de remoção e atendimento emergenciais prestados pela São Francisco Resgate.
- (d) Refere-se a receitas provenientes de diagnóstico por imagem prestados pela Documenta.

O saldo das contas a receber está distribuído por vencimento, conforme a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	14.621	12.016
Vencidos:		
Até 30 dias	3.503	3.318
De 31 a 60 dias	2.139	708
De 61 a 90 dias	1.107	446
De 91 a 180 dias	1.657	1.021
Acima de 180 dias	8.507	6.055
Total	<u>31.534</u>	<u>23.564</u>

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS – CONSOLIDADO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos tributários:		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.121	66
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1.252	193
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.654	177
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	876	327
PIS e COFINS (a)	11.278	568
Retenções sociais	447	27
Despacho decisório	367	367
ISS	216	-
(-) Provisão para perdas com créditos	(25)	(25)
Total	<u>20.186</u>	<u>1.700</u>

- (a) Trata-se de crédito de PIS e COFINS da controlada São Francisco Saúde do período de outubro de 2016 a dezembro de 2017, visando deduzir das indenizações correspondentes aos eventos ocorridos na rede própria (Hospital São Francisco), nos termos do § 9, art. 3, Lei 9.718/98, apurado pela controlada São Francisco Saúde. O pedido de restituição foi realizado em dezembro de 2018 com expectativa de recebimento no próximo ano.

7. BENS E TÍTULOS A RECEBER - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Estoque de materiais de medicamentos	10.907	5.995
Estoque de almoxarifado	5.070	1.759
Cheques devolvidos e pré-datados	2.168	1.501
Adiantamentos a funcionários	593	737
Adiantamentos a prestadores	12.359	6.562
Despesas antecipadas e outros	1.408	1.109
Provisão para obsolescência/perdas com créditos	<u>(1.612)</u>	<u>(1.539)</u>
Total	<u>30.893</u>	<u>16.124</u>

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro, as controladas São Francisco Saúde, São Francisco Odontologia e São Francisco Resgate e controlada indireta São Lucas Lins, possuem depósitos judiciais como garantia às ações judiciais das quais participa, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cível (a)	2.331	2.146
Trabalhista (b)	2.151	1.364
Tributária (c)	<u>6.207</u>	<u>6.006</u>
Total	<u>10.689</u>	<u>9.516</u>

- (a) Os depósitos de natureza cível correspondem a processos judiciais movidos por beneficiários que pleiteiam continuidade do atendimento, suposto erro médico ou insatisfação quanto ao serviço prestado, coberturas extensivas, ressarcimento de despesas hospitalares e outras comuns às operadoras de saúde.
- (b) Corresponde, basicamente, a controlada São Francisco Resgate. Os depósitos de natureza trabalhista correspondem às ações trabalhistas que possuem como principais causas os pedidos de horas extras e responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas.
- (c) A São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia, em conjunto com outras empresas do setor, iniciaram ação judicial requerendo liminar para indeferimento da obrigação referente à contribuição patronal (20%) ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS sobre o valor de serviços prestados por profissionais autônomos conveniados destas operadoras. Nesse contexto de discussão, a São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia registraram a obrigação legal no montante de R\$3.108 em 31 de dezembro de 2014 e realizaram o depósito judicial no mesmo valor. Após essa data, os saldos estão sendo atualizados monetariamente.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Participação em controladas pelo valor patrimonial	333.881	221.725
Mais-valia sobre participação em controladas	<u>42.895</u>	<u>45.995</u>
Total de investimentos	<u>376.776</u>	<u>267.720</u>

GSFRP Participações S.A. e Controladas

	São Francisco Saúde	São Francisco Odontologia	São Francisco Resgate	Documenta	SF Health	HEMAC	CAON	Total
Participação total no capital social	99,85%	90,00%	100,00%	89,70%	100,00%	100,00%	100,00%	
Capital social	159.552	16.675	15.527	11.000	347	767	452	
Quantidade de cotas detidas - mil	159.552	16.675	15.527	11.000	347	767	452	
Patrimônio líquido	265.257	26.634	27.323	20.860	346	573	345	
Resultado do exercício	78.774	10.480	8.304	8.268	-	(85)	(48)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	98.723	7.849	15.527	-	-	767	452	123.318
Integralização de capital na controlada	38.000	-	-	-	-	-	-	38.000
Quotas em tesouraria na controlada	(364)	-	-	-	-	-	-	(364)
Ganho de participação na investida	1	-	-	-	-	-	-	1
Distribuição de dividendos	(89)	(308)	-	-	-	-	-	(397)
Dividendos recebidos	(10.890)	-	-	-	-	-	-	(10.890)
Resultado de equivalência patrimonial	60.980	6.407	4.838	-	-	(109)	(59)	72.057
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>186.361</u>	<u>13.948</u>	<u>20.365</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>658</u>	<u>393</u>	<u>221.725</u>
Integralização de capital na controlada	30.000	9.000	-	-	343	-	-	39.343
Quotas em tesouraria na controlada	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Aquisição adicional de participação em controlada por compra de cotas	-	-	-	9.045	-	-	-	9.043
Aquisição adicional de participação em controlada por integralização de capital	-	-	-	9.730	-	-	-	9.732
Ganho(perda) de participação na investida	46	(248)	-	-	-	-	-	(202)
Distribuição de dividendos/juros sobre capital próprio	(30.101)	(8.162)	(1.346)	-	-	-	-	(39.609)
Resultado de equivalência patrimonial	78.656	8.292	7.035	-	-	(85)	(48)	93.850
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>264.961</u>	<u>22.830</u>	<u>26.055</u>	<u>18.775</u>	<u>343</u>	<u>573</u>	<u>345</u>	<u>333.881</u>

São Francisco Saúde

Em 21 de setembro de 2018 e 17 de dezembro de 2018, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, os sócios aprovaram o aumento de capital da São Francisco Saúde em R\$30.000, mediante a emissão de 10.000 mil novas cotas, e 20.000 mil novas cotas, respectivamente, no valor unitário de R\$1,00. Os sócios decidiram manter em tesouraria o correspondente à 450 cotas, aumentando a participação da Sociedade na controlada para 99,85%.

Em 27 de março de 2017 e 7 de dezembro de 2017, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foram aprovados o aumento de capital da São Francisco Saúde em R\$28.000 e R\$10.000, respectivamente, mediante a emissão de 28.000 novas cotas, e 10.000 novas cotas, no valor unitário de R\$1,00. Os sócios decidiram manter em tesouraria, o correspondente à 448 cotas. Nesse contexto, a participação da Sociedade na São Francisco Saúde aumentou para 99,82%.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 7 de novembro de 2018, a São Francisco Saúde, através de contrato de compra e venda, adquiriu 100% das quotas do Hospital São Francisco Ltda. ("Quirinópolis"), localizada em Quirinópolis, Estado de Goiás. O valor pago corresponde a mais-valia dos ativos tangíveis (imobilizado), no montante de R\$748. A Administração da controlada está em processo de apuração do valor justo dos ativos e passivos da adquirida.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 1º de outubro de 2018, a São Francisco Saúde adquiriu 100% das ações da São Lucas Lins. O valor da aquisição foi de R\$56.295, sendo pago parte à vista e o restante no montante de R\$18.130 em 10 parcelas a partir de novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar, no montante de, aproximadamente, R\$16.000 está registrado na rubrica de "Débitos diversos" no passivo circulante e sobre as parcelas incide atualização da taxa CDI.

O valor pago corresponde à mais-valia dos ativos tangíveis (imobilizado) e carteira de clientes no montante de R\$15.692. Estes valores foram avaliados seguindo o que determina o pronunciamento contábil relacionado.

A Administração da São Francisco Saúde contratou especialistas para a mensuração de ativos e passivos do São Lucas Lins a valor justo, apurando um ágio, fundamentado em rentabilidade futura, no montante de R\$39.377, conforme demonstrado a seguir, na data da aquisição:

<u>Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos</u>	<u>Valores contábeis</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo circulante	23.819	-	23.819
Ativo não circulante:			
Imobilizado (i) e (iii)	18.883	3.403	22.286
Intangível (ii)	49	12.289	12.338
Outros ativos	3.685	-	3.685
Passivo circulante	(33.012)	-	(33.012)
Passivo não circulante	(12.197)	-	(12.197)
Valor total dos ativos, líquidos da investida	<u>1.227</u>	<u>15.692</u>	<u>16.919</u>
% da participação societária adquirida			100
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos			15.692
Ativos líquidos adquiridos			1.227
Valor pago			<u>56.296</u>
Ágio ("goodwill") apurado na aquisição			<u>39.377</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, à mais-valia apurada sobre os terrenos da São Lucas Lins onde estão construídos o hospital de Lins e demais unidades de atendimento em Lins e Bauru.
- (ii) Refere-se à mais-valia apurada sobre carteira de clientes da São Lucas Lins.
- (iii) Refere-se, substancialmente, à mais-valia apurada sobre outros ativos hospitalares da São Lucas Lins.

São Francisco Odontologia

Em 17 de dezembro de 2018, os sócios da São Francisco Odontologia resolveram aumentar o capital social mediante a criação de 10.000.000 novas cotas. Essas novas cotas estão integralmente subscritas e integralizadas, em espécie, no valor de R\$10.000, pelos sócios Geraldo Almeida Lima (para o qual cabem 1.000.000 cotas) e Sociedade (para a qual cabem 9.000.000 cotas).

Documenta

Em 28 de dezembro de 2018, as partes relacionadas SP3 Participações Ltda. e M2P Participações Ltda., que detinham em conjunto 66,46% do controle societário da Documenta, cindiram parcialmente as suas cotas (equivalente a 48,00% de participação) e, ato contínuo, integralizaram na Sociedade pelo valor patrimonial de R\$9.732. Adicionalmente, as referidas partes relacionadas venderam as suas cotas remanescentes, correspondente a 18,46% (valor patrimonial equivalente a R\$4.004) para a Sociedade pelo montante de R\$17.832, a ser pago até 31 de dezembro de 2019.

Nessa mesma data, a Sociedade adquiriu mais 23,24% de cotas (valor patrimonial equivalente a R\$5.039) dos cotistas minoritários pelo valor de R\$20.781, sendo que o montante de R\$17.175 será pago em 12 parcelas mensais, iguais e consecutivas, a partir de fevereiro de 2019, com atualização pelo IPCA.

Os valores a pagar aos vendedores estão registrados na rubrica "Partes relacionadas – débitos diversos".

Devido essa transação de aquisição adicional de cotas da Documenta ter sido considerada como uma transação em que existe controle comum, a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das cotas adquiridas, no montante de R\$29.570, foi tratada transação de capital, registrada no patrimônio líquido, na rubrica de ágio em transação de capital.

Mais-valia gerada na aquisição

Com o objetivo de obter agilidade operacional e eficiência fiscal, na data-base de 31 de dezembro de 2016, foi aprovada a incorporação, pela Sociedade, do acervo líquido integral da entidade GIF V Fênix Participações S.A. ("GIF Fênix"), que então detinha participação societária na Sociedade equivalente a 29,11% de seu capital social.

Na data-base da incorporação, o acervo líquido cindido está apresentado conforme a seguir:

Ativo circulante	920
Ativo não circulante	87.110
Passivo circulante	(1)
Acervo líquido cindido	<u>88.029</u>

O acervo líquido incorporado foi ajustado pelos efeitos da correção sobre o laudo de avaliação do valor econômico, preparado para suportar a alocação do preço de aquisição, originalmente emitido em 13 de fevereiro de 2017 e retificado em 23 de maio de 2017. Adicionalmente, foram considerados os efeitos de redução do valor do ágio gerado na combinação de negócios ao valor estimado de benefício fiscal a ser gerado pelo ativo, conforme previsto na interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial e eliminação dos saldos entre a Sociedade (incorporadora) e a GIF Fênix (incorporada).

Em virtude desta transação, o acervo patrimonial líquido do GIF Fênix, em 31 de dezembro de 2016, foi totalmente absorvido pela Sociedade sem alteração de seu capital social, passando a participação societária então detida pela GIF Fênix para o seu único acionista GIF V Fundo de Investimentos em Participações ("GIF V").

Ainda em decorrência desta transação, foi reconhecido pela Sociedade o montante de mais-valia sobre ativos tangíveis e intangíveis gerados na aquisição de participação na Sociedade e suas controladas no montante de R\$48.240. Os valores reconhecidos como mais-valia sobre ativos tangíveis e intangíveis adquiridos são representados por:

	Valor incorporado(R\$)	Taxa amortização anual
Mais-valia sobre edificações (i)	16.809	4%
Mais-valia sobre ambulâncias	1.680	20%
Mais-valia sobre carteira de planos de saúde e odontológico (ii)	19.580	10%
Marcas e patentes	7.737	-
Mais-valia sobre outros ativos tangíveis	2.434	20%
	<u>48.240</u>	

- (i) Refere-se, substancialmente, à mais-valia apurada sobre as edificações alocadas para operação do Hospital São Francisco, de propriedade da controlada indireta GSF Administração de Bens Próprios Ltda.
- (ii) Refere-se à mais-valia apurada sobre carteira de clientes detida pelas operadoras de saúde São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia.

Em 31 de dezembro de 2018, em decorrência do efeito da depreciação e amortização do ano, o saldo da mais-valia sobre ativos tangíveis e intangíveis corresponde a R\$42.895 na controladora (R\$45.995 em 2017), conforme demonstrado nas notas explicativas nº 10, nº 11 e nº 12.

10. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

	Consolidado			% a.a. Taxa de amortização
	2018		Saldo líquido	
	Custo	Amortização acumulada		
Terrenos	10.515	-	10.515	-
Edificações	69.644	(5.142)	64.502	4
Móveis e utensílios	10.689	(5.377)	5.312	10
Instalações	2.566	(1.008)	1.558	10
Máquinas e equipamentos	62.713	(31.230)	31.483	10
Equipamentos de informática	22.112	(11.494)	10.618	20
Veículos	25.387	(14.834)	10.553	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	60.982	(20.101)	40.881	20
Imobilizado em andamento	47.056	-	47.056	-
Total	<u>311.664</u>	<u>(89.186)</u>	<u>222.478</u>	

	Consolidado			% a.a. Taxa de amortização
	2017		Saldo líquido	
	Custo	Amortização acumulada		
Terrenos	2.116	-	2.116	-
Edificações	51.899	(189)	51.710	4
Móveis e utensílios	6.740	(3.745)	2.995	10
Instalações	2.475	(784)	1.688	10
Máquinas e equipamentos	31.873	(12.917)	18.959	10
Equipamentos de informática	12.886	(7.653)	5.233	20
Veículos	21.388	(11.803)	9.585	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24.659	(10.785)	13.874	20
Imobilizado em andamento	5.278	-	5.278	-
Total	<u>159.314</u>	<u>(47.876)</u>	<u>111.438</u>	

Movimentação do ativo imobilizado

	Consolidado									
	Terrenos	Edificações	Móveis e utensílios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Total
Custo									(i)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.871	25.752	5.798	1.390	26.192	9.869	16.782	16.249	4.610	108.513
Aquisições	557	1.043	949	1.085	5.694	3.285	5.370	106	34.165	52.254
Baixas	(312)	-	(7)	-	(40)	(268)	(764)	-	(62)	(1.453)
Transferência	-	25.104	-	-	27	-	-	8.304	(33.435)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.116	51.899	6.740	2.475	31.873	12.886	21.388	24.659	5.278	159.314
Aquisições investimentos (ii)	5.600	17.671	2.267	14	20.978	2.720	146	23.457	193	73.046
Aquisições	3.044	74	1.690	77	9.922	6.599	4.406	707	54.181	80.700
Baixas	(245)	-	(8)	-	(60)	(93)	(553)	(437)	-	(1.396)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	12.596	(12.596)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.515	69.644	10.689	2.566	62.713	22.112	25.387	60.982	47.056	311.664
Depreciação										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(92)	(3.359)	(657)	(10.930)	(6.872)	(9.915)	(7.855)	-	(39.680)
Depreciação do exercício	-	(97)	(390)	(130)	(1.994)	(1.022)	(2.371)	(2.930)	-	(8.934)
Baixas	-	-	4	-	7	241	483	-	-	735
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(189)	(3.745)	(784)	(12.917)	(7.653)	(11.803)	(10.785)	-	(47.876)
Aquisição de investimentos (ii)	-	(3.328)	(1.112)	(3)	(15.995)	(1.786)	(69)	(4.418)	-	(26.711)
Depreciação do exercício	-	(1.973)	(525)	(218)	(2.333)	(2.132)	(3.226)	(5.360)	-	(15.382)
Baixas	-	348	5	-	15	77	264	462	-	1.171
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(5.142)	(5.377)	(1.008)	(31.230)	(11.494)	(14.834)	(20.101)	-	(89.186)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	2.116	51.710	2.995	1.688	18.956	5.233	9.585	13.874	5.278	111.438
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018	10.515	64.502	5.312	1.558	31.483	10.618	10.553	40.881	47.056	222.478
Taxas médias anuais de depreciação	-	4%	10%	10%	10%	20%	20%	20%	-	-

- (i) Corresponde, substancialmente, às obras da controlada São Francisco Sistemas de Saúde: R\$27.000 corresponde à construção do hospital na cidade de Araraquara/SP que possui prazo de finalização em 2019; R\$17.210 corresponde à novos prontos atendimentos, sendo os mais relevantes nas cidades de Pitangueiras/SP, Marília/SP, Ivinhema/MS, Quata/SP, Dourados/SP e Três Lagoas/MT; e o saldo remanescente corresponde a projetos de ampliação nas unidades já existentes, como por exemplo, ampliação da farmácia central e estrutura para o projeto de combate ao incêndio.
- (ii) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, refere-se à mais-valia apurada sobre ativos tangíveis reconhecidos por meio da incorporação da GIF Fênix e mais-valia sobre ativos tangíveis reconhecidos devido à aquisição da controlada indireta São Lucas Lins, os quais estão sendo reclassificados para rubrica "Imobilizado" nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas monitoram o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável destes. Para o período findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas não identificaram nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados.

11. INTANGÍVEL- CONSOLIDADO

	Consolidado			
	2018			% a.a.
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Taxa de amortização
Marcas e patentes	7.765	-	7.765	-
Software	18.105	(5.640)	12.465	4
Aquisição de carteira de beneficiários	69.678	(21.370)	48.308	10
Mais-valia sobre carteira de beneficiários (i)	31.795	(3.767)	28.028	10
Ágio gerado na combinação de negócios (ii)	39.374	-	39.374	-
Total	<u>166.717</u>	<u>(30.446)</u>	<u>135.940</u>	

	Consolidado			
	2017			% a.a.
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Taxa de amortização
Marcas e patentes	7.741	-	7.741	-
Software	11.556	(3.555)	8.001	4
Aquisição de carteira de beneficiários	60.628	(14.872)	45.756	10
Mais-valia sobre carteira de beneficiários (i)	19.672	(1.800)	17.872	10
Total	<u>99.597</u>	<u>(20.227)</u>	<u>79.370</u>	

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Software	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Ágio gerado na combinação de negócios	Total
<u>Custo</u>				(ii)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.348	50.832	7.741	-	64.921
Aquisições de investimentos (i)	-	19.672	-	-	19.672
Aquisições	5.352	9.797	-	-	15.149
Baixas	(144)	(1)	-	-	(145)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.556	80.300	7.741	-	99.597
Aquisições investimentos (i)	144	12.123	24	39.374	51.665
Aquisições	6.405	9.050	-	-	15.455
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>18.105</u>	<u>101.473</u>	<u>7.765</u>	<u>39.374</u>	<u>166.717</u>
<u>Depreciação</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.331)	(10.062)	-	-	(12.393)
Aquisição de investimentos (i)	-	(1.800)	-	-	(1.800)
Depreciação do exercício	(1.230)	(4.842)	-	-	(6.072)
Baixas	7	31	-	-	38
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(3.554)	(16.673)	-	-	(20.227)
Aquisição de investimentos (i)	(55)	(3.466)	-	-	(3.521)
Depreciação do exercício	(2.031)	(4.998)	-	-	(7.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(5.640)</u>	<u>(25.137)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30.777)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	8.002	63.627	7.741	-	79.370
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018	12.465	76.336	7.765	39.374	135.940
Taxas médias anuais de depreciação	20%	10%	-	10%	-

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, refere-se à mais-valia apurada sobre ativos intangíveis reconhecidos por meio da incorporação da GIF Fênix e da aquisição da controlada indireta São Lucas Lins, os quais estão reclassificados para a rubrica "Intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas.

(ii) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, refere-se ao ágio gerado em combinação de negócios reconhecido por meio da aquisição da controlada indireta São Lucas Lins, os quais estão reclassificados para a rubrica "Intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia e suas controladas monitoram o seu ativo intangível por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável destes. Para o período findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis.

12. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - CONSOLIDADO

- i. A provisão de contraprestação não ganha (PCNG), no valor de R\$7.903 em 31 de dezembro de 2018 (R\$5.112 em 2017), é calculada "pro rata dia", com base nos prêmios retidos, e tem por objetivo provisionar a parcela correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo.
- ii. A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA), no valor de R\$50.153 em 31 de dezembro de 2018 (R\$39.284 em 2017), registrada no passivo circulante, está constituída com base na Resolução Normativa ANS nº 393/15, sendo calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial - NTA. É destinada para fazer frente aos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pelas controladas São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia e controlada indireta São Lucas Lins por falta de avisos.
- iii. A provisão para remissão, no valor de R\$2.440 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.380 em 31 de dezembro de 2017), apresentada no passivo circulante e não circulante, é a provisão técnica para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referente ao custeio da cobertura de assistência à saúde contratada pelo beneficiário dependente. Em 2014 a São Francisco Saúde interrompeu a comercialização de contratos com cláusulas de remissão.

13. PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prestador de serviços médicos e odontológicos - pessoa física	3.576	1.494
Prestador de serviços médicos e odontológicos - pessoa jurídica	<u>32.606</u>	<u>47.492</u>
Total	<u>36.182</u>	<u>48.986</u>

Representa valores relativos à prestação de serviços médicos por terceiros em nome das controladas diretas São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia e da controlada indireta São Lucas Lins em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.

14. PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA O SUS - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Provisão de ressarcimento ao SUS	<u>23.157</u>	<u>10.223</u>	<u>20.020</u>	<u>4.451</u>

Conforme a Instrução Normativa Conjunta DIOPE e Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES (DIOPE/DIDES) nº 05, de 30 de setembro de 2011, a Operadora passou a registrar mensalmente o valor de ressarcimento ao SUS de acordo com as informações disponibilizadas pela ANS por meio de sua página na Internet, com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados - ABI, considerando o percentual histórico de cobrança somado ao montante total cobrado nas Guias de Recolhimento da União - GRU e ao saldo de parcelamento aprovado pela ANS.

Os montantes no passivo não circulante correspondem à débitos parcelados de ressarcimento ao SUS junto à ANS, de 2014 a 2018. Em 2017, a controlada São Francisco Saúde e controlada indireta São Lucas Lins efetuaram novo parcelamento de ressarcimento ao SUS, por meio de REFIS, de acordo com a Lei nº 13.494/07, efetuado em 60 parcelas.

Os parcelamentos registrados como passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 têm seus vencimentos conforme a seguir:

	<u>Total</u>
2020	4.290
2021	2.914
A partir de 2022	<u>3.019</u>
Total	<u>10.223</u>

15. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto Sobre Serviços – ISS	5.765	1.606
IRPJ e CSLL	1.721	1.735
INSS	4.444	3.555
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.958	1.052
PIS/COFINS	3.488	3.531
IRRF	3.454	2.305
Impostos retidos de terceiros (INSS/ISS/PIS/COFINS/CSLL)	3.888	1.745
Impostos parcelados federais (a)	2.046	-
Impostos parcelados municipais	708	-
Total	<u>27.472</u>	<u>15.529</u>
Circulante	23.993	15.529
Não circulante	3.479	-

(a) Em 26 de outubro de 2017, a controlada indireta São Lucas Lins aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) - Demais Débitos, instituído pela Lei 13496/17. Os débitos incluídos no parcelamento somavam R\$5.433. Na prestação de contas junto à Receita Federal, em 28 de dezembro de 2018, o saldo remanescente de R\$2.046, já deduzido dos pagamentos realizados durante o exercício de 2018, foi parcelado em 125 parcelas de R\$16 e encontrava-se registrado em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$196 no passivo circulante e R\$1.820 no passivo não circulante.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Os empréstimos e financiamentos mantidos em 31 de dezembro estão representados por:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Capital de giro (a)	12,28%	Novembro de 2019	13.072	1.007
"Leasing" (b)	13,89% a 22,84%+ TJLP	Maio de 2022	4.558	2.265
Finame (b)	7% a 9% + TJLP	Dezembro de 2019	6.518	379
	Cesta de moedas BNDES +			
FINAME (c)	4% a 12%	Abril de 2021	682	1.594
"Leasing" (d)	TJLP + 7,8% a 17%	Outubro de 2018	-	292
Credito direto ao consumidor (CDC) (d)	7,8% a.a.	Novembro de 2019	323	628
Banco Santander	Taxa prefixada de 10,56%	Maio de 2018	-	81
-			<u>25.153</u>	<u>6.246</u>
Passivo circulante			11.794	4.519
Passivo não circulante			<u>13.359</u>	<u>1.727</u>
			<u>25.153</u>	<u>6.246</u>

(a) Refere-se a contratos de empréstimos bancários firmados com os Bancos Itaú-Unibanco S.A., Safra e Santander garantidos por aval dos sócios-cotistas da São Francisco Saúde.

- (b) Referem-se a operações de "leasing" mercantil financeiro, contratadas com diversas instituições financeiras, cuja finalidade é a aquisição, em sua maioria, de equipamentos hospitalares. Os contratos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na modalidade FINAME, têm como objetivo financiar a modernização das instalações das controladas São Francisco Saúde e da São Lucas Lins. Os contratos de empréstimos estão garantidos por aval dos sócios cotistas.
- (c) Os recursos liberados por meio dos contratos de Financiamentos de Máquinas e Equipamentos- BNDES FINAME foram utilizados pela São Francisco Resgate para financiar a aquisição de veículos (ambulâncias) e estão garantidos pela alienação dos bens financiados.
- (d) Em função de melhores taxas alcançadas, a São Francisco Resgate está substituindo seus contratos de Finame por Leasing e contratos de CDC. Como os contratos de CDC possuem prazos de vencimento menor (em média de 12 meses) quando comparado ao Finame (em média 60 meses) e Leasing (36 meses), a dívida da São Francisco Resgate tem migrado para o curto prazo. Os respectivos contratos estão garantidos pelos valores dos bens adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os contratos de empréstimos e financiamentos das controladas São Francisco Saúde e São Francisco Resgate e da controlada indireta São Lucas Lins não apresentam cláusulas financeiras restritivas ("covenants").

Os empréstimos e financiamentos registrados como passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 têm seus vencimentos conforme a seguir:

2020	7.074
2021	5.392
2022	893
Total	<u>13.359</u>

17. DÉBITOS DIVERSOS E OUTROS DÉBITOS - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores de bens e serviços (a)	45.795	21.400
Taxa de saúde suplementar e multas ANS (b)	7.378	5.717
Obrigações com pessoal (c)	35.876	20.634
Aquisição de carteira de clientes (d)	19.624	22.256
Adiantamento de clientes	7.582	4.348
Outros fornecedores	8.753	8.238
Total	<u>125.008</u>	<u>82.593</u>
Circulante	111.176	64.589
Não circulante	13.832	18.004

- (a) Refere-se, substancialmente, à aquisição de materiais e medicamentos para a prestação de serviços hospitalares e reformas em algumas de suas unidades de atendimento, em especial as unidades de cuidados especiais e unidades coronarianas. Com a expansão da rede credenciada, houve aumento do saldo passivo.
- (b) Corresponde à taxa cobrada pela ANS para cada beneficiário de plano de assistência à saúde médico-hospitalar e odontológico das controladas São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia. A referida taxa corresponde a R\$5,39 e sofre influência direta do aumento do número de vidas dessas controladas em 2018.
- (c) O aumento nas despesas com pessoal corresponde à novas contratações realizadas em 2018, tendo em vista o crescimento das controladas diretas e indiretas e a finalização de várias unidades de pronto atendimento e prédios administrativos.
- (d) A controlada São Francisco Odontologia realizou a compra de duas novas carteiras de clientes de operadoras de saúde odontológica, registradas na rubrica "Intangível". A aprovação para essas compras foi devidamente registrada e aprovada pela ANS. Em 2018, houve uma diminuição devido a amortização das parcelas.

18. PROVISÃO PARA RISCOS - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro, as controladas da Companhia constituíram provisão para ações judiciais relacionadas a riscos cíveis, fiscais e trabalhistas como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2018</u>
Cíveis (a)	4.537	4.480	-	-	9.017
Trabalhistas (b)	4.294	3.453	-	(58)	7.689
Tributários (c)	4.778	1.875	462	-	7.115
Total	<u>13.609</u>	<u>9.808</u>	<u>462</u>	<u>(58)</u>	<u>23.821</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis (a)	3.469	1.076	-	(8)	4.537
Trabalhistas (b)	3.353	1.302	-	(361)	4.294
Tributárias (c)	4.481	-	297	-	4.778
Total	<u>11.303</u>	<u>2.378</u>	<u>297</u>	<u>(369)</u>	<u>13.609</u>

a) Provisões cíveis

As controladas São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia e a controlada indireta São Lucas Lins estão discutindo diversas ações de natureza cível na esfera judicial, movidas por beneficiários que pleiteiam continuidade de atendimento, coberturas extensivas, ressarcimento de despesas hospitalares e outras comuns às operadoras de saúde, para as quais não foram exigidos depósitos garantidores. Estas controladas são parte em processos cíveis, de mesma natureza, no montante de R\$28.166 em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.274 em 2017), cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas. O aumento das causas possíveis refere-se aos processos de erro médico, negativa de cobertura e danos morais.

b) Provisões trabalhistas

As controladas São Francisco Saúde, São Francisco Odontologia, São Francisco Resgate, Documenta Clínica Radiológica e a controlada indireta São Lucas Lins estão discutindo na justiça ações de natureza trabalhista, relacionadas substancialmente ao pleiteio pelo reconhecimento de vínculo empregatício, horas extras, férias, 13º salário, verbas rescisórias e intervalo intrajornada, para as quais não foram exigidos depósitos garantidores. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são parte em processos trabalhistas de mesma natureza, no montante de R\$15.295 em 31 de dezembro de 2018 (R\$16.736 em 2017), cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.

c) Provisões tributárias

Referem-se à contribuição patronal (20%) ao INSS sobre o valor de serviços prestados por profissionais autônomos conveniados da operados São Francisco Saúde e São Francisco Resgate, instituída pelo artigo 22, inciso III, da Lei nº 8.212/91. As controladas São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia, em conjunto com outras empresas do setor, iniciaram ação judicial requerendo liminar para indeferimento dessa obrigação. Nesse contexto de discussão, estas controladas registraram a obrigação legal no montante de R\$3.108 em 31 de dezembro de 2014 e realizaram o depósito judicial, no mesmo montante. A partir dessa data, os saldos vêm sendo atualizados monetariamente.

Não há, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, causas tributárias, com probabilidade de perda definida como possível pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas.

19. PROGRAMA DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO (CONSOLIDADO)

A Companhia, como interveniente e anuente, e suas controladas São Francisco Saúde, São Francisco Odontologia e São Francisco Resgate aprovaram, em 5 de março de 2018, por meio de reunião do Conselho de Administração, um programa de incentivo de longo prazo, oferecido aos seus principais executivos. O referido programa tem por objetivo estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Companhia e suas controladas, além de obter um maior alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de serviços, bem como incentivar a permanência desses executivos na Companhia e nas suas controladas.

O referido programa prevê a premiação em dinheiro dos seus beneficiários com base na valorização de "ações virtuais" ("phantom shares") da Companhia, correspondendo apenas a um critério de referência. O programa não conferirá aos beneficiários a condição de acionista, bem como não outorgará aos beneficiários quaisquer direitos à aquisição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários da Companhia ou de suas controladas. Dessa forma, a obrigação derivada desse programa de incentivo está sendo considerado como um passivo financeiro com a sua contrapartida no resultado do exercício.

A quantidade de ações virtuais destinadas a cada beneficiário é determinada com base em um contrato de adesão ao programa de incentivo de longo prazo para com cada executivo datados de 7 de março de 2018. Existe prazo de carência, representando 20% do total das ações virtuais outorgadas a cada beneficiário a cada ano. No entanto, o encerramento do prazo de carência não implica, automaticamente, no direito de exercer as ações virtuais, estando sempre o direito de exercer condicionado a data do evento de liquidez (oferta pública inicial, transferência de controle ou desinvestimento). Dessa forma, a obrigação derivada desse programa de incentivo está sendo reconhecida, integralmente, em 2018, sem considerar o prazo de carência de 5 anos, considerando as estimativas e julgamentos necessários para a sua quantificação. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para incentivo de longo prazo monta R\$21.500 (Consolidado) e está apresentado no passivo circulante.

A seguir estão apresentadas as principais premissas para adotadas para a quantificação da provisão em 31 de dezembro de 2018: i) projeção dos resultados futuros das operações da Companhia e de suas controladas; ii) expectativa se os executivos permanecerão na Companhia e em suas controladas; iii) estimativa da data de ocorrência do evento de liquidez; e iv) taxa de desconto.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas mantêm transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas contratualmente. As transações realizadas no período findo em 31 de dezembro, bem como os saldos existentes naquelas datas, são como segue:

	Controladora			
	31/12/2018			
Controladora	Contas a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar	Contas a pagar (a)
São Francisco Sistemas de Saúde	4	966	-	-
São Francisco Odontologia	-	50	-	-
São Francisco Resgate	-	101	-	-
Acionistas	-	-	-	(35.007)
Total	4	1.117	-	(35.007)

	Controladora			
	31/12/2017			
Controladora	Contas a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar	Dividendos a pagar
São Francisco Sistemas de Saúde	-	397	-	-
Acionistas	-	-	-	(8.619)
Total	-	397	-	(8.619)

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, em 28 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu 89,7% de cotas do controle acionário da controlada Documenta, através de contrato de compra e venda entre a Companhia e os antigos acionistas da controlada. Em decorrência dessa transação, a Companhia pagará R\$17.832 as antigas acionistas SP3 Participações Ltda. e M2P Participações Ltda. que, detinham em conjunto, 66,46% do controle acionário da controlada; e R\$17.175 aos cotistas minoritários que detinham 23,24% de cotas na controlada. Esses respectivos valores serão pagos em sua totalidade até 31 de dezembro de 2019.

GSFRP Participações S.A. e Controladas

	São Francisco Saúde Ocupacional Ltda.	Fundação Waldemar Barnsley Pessoa	Fundação Maternidade Sinhá Junqueira	SOMMA	Acionistas e outros	31/12/2018	31/12/2017
<u>Consolidado</u>							
Ativo circulante:							
Contraprestação pecuniária a receber (b)	-	8	291	15	-	314	392
Outros valores a receber	-	-	97	-	-	97	146
Passivo circulante:							
Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde (c)	-	-	(3.256)	(1.057)	-	(4.313)	(2.343)
Débitos diversos (d)	(29)	(74)	-	-	(35.007)	(35.110)	(14.586)

(b) Refere-se à contrapartida de serviços médicos, hospitalares, odontológicos e clínicos para diagnósticos prestados aos funcionários da parte relacionada.

(c) Refere-se à reembolso dos serviços prestados no atendimento aos beneficiários dos planos de saúde e materiais para procedimentos cirúrgicos.

(d) Referem-se substancialmente a valores a pagar aos acionistas e outras partes relacionadas pela aquisição da controlada Documenta, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, houve remuneração aos administradores da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas nos montantes respectivos de R\$3.289 e R\$2.673, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantém programa de incentivo de longo prazo com seus principais executivos no montante estimado em R\$21.500, em 31 de dezembro de 2018. Esse programa derivará pagamento aos seus executivos somente em caso de evento de liquidez, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia, no montante de R\$63.711 (R\$50.209 em 2017) é composto por 63.712.813 (50.209.057 em 2017) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado. A parcela a ser integralizada corresponde a R\$3.772 (R\$3 em 2017).

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram o aumento de capital no montante de R\$9.730 mediante a emissão de 9.731.628 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela incorporação da parcela cindida do acervo líquido de suas sócias acionistas SP3 Participações Ltda. e M2P Participações Ltda., em 31 de outubro de 2018, que cederam parte de sua participação societária na controlada Documenta, avaliada ao custo histórico nos termos do laudo de avaliação aprovado em assembleia de acionistas, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.

Adicionalmente, os acionistas aprovaram, em 3 de dezembro de 2018, um novo aumento de capital social no montante de R\$17.832, sendo que R\$3.772 foram destinados a conta de capital social mediante a emissão de 3.772.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço unitário de R\$4,73 e o restante, R\$14.060 foi destinado a conta de Reserva de capital – valores a serem integralizados durante o ano de 2019.

II. Reserva de capital

Em 4 de setembro de 2018, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a integralização da parcela remanescente da reserva de capital a integralizar, no montante de R\$64.431, em espécie, a qual correspondente ao valor da reserva de capital a integralizar atualizado até a data da integralização.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21 a), em 3 de dezembro de 2018 foi aprovada a destinação de R\$14.060 para a conta de Reserva de capital.

III. Reserva legal

Calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% sobre o capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. A reserva de lucros será integralizada ao capital social da Sociedade em 2019.

IV. Reserva de investimentos e capital de giro

O acordo de acionistas determina que os montantes residuais de lucros apurados em cada exercício, após a constituição de reserva legal e destinação de lucros, devem ser destinados à reserva de investimentos e capital de giro, mantida para fins de financiamento com recursos próprios necessários para manutenção da margem de solvência e ativos garantidores das controladas regidas pela ANS, São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia, com sua destinação a ser deliberada e aprovada em assembleia de acionistas.

V. Ágio em transação de capital

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, em 28 de dezembro de 2018, foram adquiridas cotas adicionais da controlada Documenta. Devido ao fato dessa transação ser considerada como uma transação em que existe controle comum, a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das cotas adquiridas, no montante de R\$29.570, foi tratada como transação de capital, registrada no patrimônio líquido, na rubrica de ágio em transação de capital.

VI. Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade calculou juros sobre capital próprio com base na TJLP vigente no exercício, no montante de R\$14.669 (R\$0,28 por ação), o qual já foi distribuído no exercício.

VII. Dividendos

O acordo de acionistas determina como valor mínimo anual de dividendos o maior valor entre:

- i. Valor fixo anual do acordo de acionistas no montante de R\$4.700, somados ao lucro líquido disponível para distribuição da GSF Administração de Bens Próprios Ltda. ("GSF Adm.):

<u>Opção (i)</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido - GSF Adm.	13.108	7.214
(-) Reserva legal - 5%	(655)	(361)
Lucro líquido ajustado - GSF Adm.	12.452	6.853
Valor fixo anual do acordo de acionistas	4.700	4.700
Dividendos mínimos obrigatórios a distribuir	<u>17.152</u>	<u>11.553</u>

- ii. Ou, a soma do valor correspondente a 25% do lucro líquido disponível para distribuição apurado nas controladas São Francisco Saúde, São Francisco Odontologia e São Francisco Resgate:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido das controladas	93.984	71.693
(-) Reserva legal - 5%	(4.700)	(3.585)
Base para cálculo	<u>89.284</u>	<u>68.108</u>
Dividendos mínimos obrigatórios a distribuir - 25%	<u>22.321</u>	<u>17.027</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem à R\$22.321 (R\$0,44 por ação) e R\$17.027 (R\$0,52 por ação), respectivamente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram aprovados dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios, no montante de R\$6.356.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prestação de serviços médico-hospitalares e odontológicos - pessoas físicas (a)	381.516	308.933
Prestação de serviços médico-hospitalares e odontológicos - pessoas jurídicas (a)	1.029.720	787.013
Outras deduções das receitas (b)	(57.905)	(10.757)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde das operadoras (c)	<u>(21.204)</u>	<u>(42.186)</u>
Total	<u>1.332.127</u>	<u>1.043.003</u>

- (a) Refere-se a receita de prestação de serviços médicos e odontológicos prestados pelas controladas diretas São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia e controlada indireta São Lucas Lins. O aumento é substancialmente decorrente do aumento de vidas das operadoras e reajuste anual dos planos.
- (b) As outras deduções das receitas correspondem às contraprestações de corresponsabilidade transferida de assistência médico-hospitalar.

- (c) A redução refere-se, principalmente, ao registro do crédito de PIS e COFINS do período de outubro de 2016 a dezembro de 2017, visando deduzir das indenizações correspondentes aos eventos ocorridos na rede própria (Hospital São Francisco), nos termos do § 9, art. 3, Lei 9.718/98, apurado pela controlada São Francisco Saúde suas controladas. O pedido de restituição foi realizado em dezembro de 2018 com expectativa de recebimento no próximo ano. A partir de 2018 está sendo deduzido da base de cálculo os eventos em rede própria para cálculo do PIS e COFINS.

23. EVENTOS CONHECIDOS OU AVISADOS - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cobertura de assistência preestabelecida (individual ou familiar) antes da Lei nº 9.656/98	50.486	35.907
Cobertura de assistência preestabelecida (individual ou familiar) depois da Lei nº 9.656/98	184.676	146.488
Cobertura de assistência preestabelecida (coletivo por adesão) antes da Lei nº 9.656/98	36.207	33.211
Cobertura de assistência preestabelecida (coletivo por adesão) depois da Lei nº 9.656/98	93.367	79.444
Cobertura de assistência preestabelecida (coletivo empresarial) antes da Lei nº 9.656/98	3.397	2.974
Cobertura de assistência preestabelecida (coletivo empresarial) depois da Lei nº 9.656/98	479.052	423.584
Sistema Único de Saúde - SUS (outros)	10.317	11.836
Cobertura de assistência pós-estabelecida (coletivo por adesão) antes da Lei nº 9.656/98	366	513
Cobertura de assistência pós-estabelecida (coletivo por adesão) depois da Lei nº 9.656/98	-	1
Cobertura de assistência pós-estabelecida (coletivo empresarial) antes da Lei nº 9.656/98	46	3.773
Cobertura de assistência pós-estabelecida (coletivo empresarial) depois da Lei nº 9.656/98	<u>31.372</u>	<u>11.070</u>
Total	<u>889.286</u>	<u>748.801</u>

O aumento refere-se, substancialmente, aos custos relacionados aos honorários médicos e internações.

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos hospitalares e assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do quarto trimestre de 2018 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º de novembro de 2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido.

Cobertura assistencial com preço preestabelecido - carteira de planos individuais ou familiares após a Lei nº 9.656/98 (não auditado)

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Procedimentos odontológicos	Outros atendimentos	Total
Rede própria	4.969	1.411	53	31.034	-	23.707	61.174
Rede contratada	20.052	25.275	7.794	30.144	2.711	18.098	104.074
Reembolso	347	202	195	487	-	2.041	3.272
Outras formas de remuneração	<u>2.430</u>	<u>2.498</u>	<u>773</u>	<u>5.967</u>	-	<u>4.488</u>	<u>16.156</u>
Total	<u>27.798</u>	<u>29.386</u>	<u>8.815</u>	<u>67.632</u>	<u>2.711</u>	<u>48.334</u>	<u>184.676</u>

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS NÃO RELACIONADAS A PLANOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Serviços odontológicos (b)	4.251	3.803
Serviços hospitalares (b)	43.887	39.257
Serviços de remoção e atendimento emergencial (a)	124.050	110.964
Outras despesas de operações de assistência à saúde (b)	<u>(146.646)</u>	<u>(118.499)</u>
Total	<u>25.542</u>	<u>35.525</u>

(a) Corresponde ao São Francisco Resgate.

(b) As controladas que são operadoras, além de atividades de prestação de serviços relacionados à planos de saúde, possui hospitais filiados para atendimento ao público (não beneficiários).

25. DESPESAS DE OPERAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO E ADMINISTRATIVAS – CONSOLIDADO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal (a)	125.430	91.602
Serviços de terceiros	59.872	36.061
Localização e funcionamento	54.379	43.266
Propaganda e publicidade	8.958	5.947
Depreciação e amortização	26.483	16.997
Comissão	22.822	11.273
Programa de incentivo de longo prazo	21.500	-
Despesas com veículos	2.442	2.310
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(2.101)</u>	<u>5.623</u>
Total	<u>319.785</u>	<u>213.079</u>
Classificadas como:		
Despesas de comercialização	22.890	14.922
Despesas administrativas	<u>296.895</u>	<u>198.157</u>
Total	<u>319.785</u>	<u>213.079</u>

- (a) O aumento refere-se às novas contratações efetuadas durante o ano de 2018, de forma a atender às novas vidas e demandas da São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia, bem como às novas contratações para as novas unidades de pronto atendimento e hospital de Araraquara que foram concluídas em 2018.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.486	3.231	15.294	16.800
Receitas por recebimento em atraso	-	-	4.199	4.738
Outras receitas financeiras	-	-	<u>1.293</u>	<u>1.247</u>
Total de receitas	<u>1.486</u>	<u>3.231</u>	<u>20.786</u>	<u>22.785</u>
Despesas financeiras:				
Descontos concedidos	-	-	(9.312)	(5.943)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(2.176)	(1.020)
Despesa por pagamento em atraso	-	(13)	(1.247)	(830)
Outras despesas financeiras	<u>(68)</u>	<u>(1)</u>	<u>(47)</u>	<u>(5)</u>
Total de despesas	<u>(68)</u>	<u>(14)</u>	<u>(12.786)</u>	<u>(7.798)</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Sobre diferenças temporárias

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos tributários (i)	<u>38.870</u>	<u>38.870</u>
Ativo fiscal diferido	<u>38.870</u>	<u>38.870</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:		
Provisões para riscos (tributários, cíveis e trabalhistas)	21.627	13.608
Provisão para programa de incentivo de longo prazo (nota nº 20)	21.500	-
Provisão para perdas sobre créditos	5.383	14.761
Provisão ISS	252	-
Provisão obsolescência dos estoques	298	298
Taxa de saúde suplementar	7.120	3.367
	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Ativo fiscal diferido - controladas	<u>19.101</u>	<u>10.899</u>
Créditos tributários – controlada (i)	38.870	38.870
Ativo fiscal diferido – consolidado	57.971	49.762
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:		
Reserva de reavaliação – controlada indireta São Lucas Lins	1.587	-
	<u>34%</u>	<u>-</u>
Passivo fiscal diferido	<u>539</u>	<u>-</u>

(i) Ágio gerado na combinação de negócios

Com o objetivo de obter agilidade operacional e eficiência fiscal, na data-base de 31 de dezembro de 2016, foi aprovada a incorporação, pela Sociedade, do acervo líquido integral da entidade GIF V Fênix Participações S.A. ("GIF Fênix"), que então detinha participação societária na Sociedade equivalente a 29,11% de seu capital social.

Na data-base da incorporação, o acervo líquido cindido está apresentado conforme a seguir:

Ativo circulante	920
Ativo não circulante	87.110
Passivo circulante	<u>(1)</u>
Acervo líquido cindido	<u>88.029</u>

O acervo líquido incorporado foi ajustado pelos efeitos da correção sobre o laudo de avaliação do valor econômico, preparado para suportar a alocação do preço de aquisição, originalmente emitido em 13 de fevereiro de 2017 e retificado em 23 de maio de 2017. Adicionalmente, foram considerados os efeitos de redução do valor do ágio gerado na combinação de negócios ao valor estimado de benefício fiscal a ser gerado pelo ativo, conforme previsto na interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial e eliminação dos saldos entre a Sociedade (incorporadora) e a GIF Fênix (incorporada), gerando créditos tributários no montante de R\$38.870.

As controladas São Francisco Saúde, São Francisco Odontologia e São Francisco Resgate, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros aprovadas por seus cotistas, reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

- b) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro líquido do período é demonstrada como segue:

	Controladora			
	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado do exercício antes dos tributos	90.400	90.400	71.677	71.677
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos às alíquotas nominais	<u>(22.600)</u>	<u>(8.136)</u>	<u>(17.920)</u>	<u>(6.451)</u>
Equivalência patrimonial	23.462	8.446	18.014	6.485
Diferenças permanentes	<u>(862)</u>	<u>(310)</u>	<u>(94)</u>	<u>(34)</u>
Total	<u>(22.600)</u>	<u>(8.136)</u>	<u>(17.920)</u>	<u>(6.451)</u>
Correntes	(2)	(1)	(971)	(359)
Diferidos	-	-	-	-
Total de despesas com impostos sobre o lucro	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>	<u>(971)</u>	<u>(359)</u>
			<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
			Consolidado	
Resultado do exercício antes dos tributos			129.832	107.292
Tributo às alíquotas nominais			<u>(44.143)</u>	<u>(36.479)</u>
Outras diferenças permanentes			<u>7.840</u>	<u>295</u>
Total de despesas com impostos sobre o lucro			<u>(36.303)</u>	<u>(36.184)</u>
Correntes			(44.512)	(40.538)
Diferidos			<u>8.209</u>	<u>4.354</u>
Total de despesas com impostos sobre o lucro			<u>(36.303)</u>	<u>(36.184)</u>

28. PATRIMÔNIO MÍNIMO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 313, de 23 de novembro de 2012, as controladas São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia devem apresentar Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA, determinado pela multiplicação do capital mínimo e fator k definidos pela ANS. Em 31 de dezembro de 2018, o PMA das controladas São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia é de R\$287 e R\$35, respectivamente, calculado conforme premissas demonstradas a seguir:

- i. Em atendimento ao artigo 3º da Resolução Normativa nº 274, de 24 de outubro de 2011, a ANS divulga, anualmente, os parâmetros para atualização do capital mínimo a ser considerado no cálculo do PMA pelas operadoras de planos de saúde. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor do capital mínimo divulgado pela ANS foi de R\$8.503.
- ii. De acordo com o artigo 3º da Resolução Normativa nº 160, de 3 de julho de 2007, a ANS divulga o fator k na Tabela do Anexo I da referida Resolução. Para a controlada São Francisco Saúde (classificada como operadoras no segmento "medicina de grupo/filantropia - SSP e SSP/SUS", pertencentes à região de comercialização 5), o fator "k" determinado é de 3,37%. Para a controlada São Francisco Odontologia (classificada no segmento "odontologia de grupo - SOT", pertencentes à região de comercialização 5), o fator "k" determinado é de 3,37%.

As controladas são requeridas a atenderem aos índices determinados pela ANS para margem de solvência. Em 31 de dezembro de 2018, a margem de solvência das controladas São Francisco Saúde e São Francisco Odontologia, foram calculadas de acordo com os requerimentos da ANS, conforme demonstrado abaixo:

	São Francisco Saúde	São Francisco Odontologia
Base de cálculo (a)	246.890	15.694
Percentual de parcelamento - margem de solvência (b)	<u>70,52%</u>	<u>70,52%</u>
Total do patrimônio líquido exigido	<u>174.107</u>	<u>11.067</u>
Patrimônio líquido da Operadora	186.583	16.154
Resultado líquido do exercício	78.774	9.213
Adições e deduções por efeito econômico (c)	<u>(104.222)</u>	<u>(11.491)</u>
Margem de solvência	161.135	13.876
Falta (sobra) de margem de solvência (d)	<u>(12.972)</u>	<u>2.809</u>

- (a) A base de cálculo para a margem de solvência é definida por meio do resultado entre o total das contraprestações líquidas (receitas) dos últimos 12 meses em contrapartida ao total dos eventos líquidos (custos) dos últimos 36 meses. A ANS determina que deverá ser considerado o maior valor entre as receitas e os custos, multiplicado pelos valores correspondentes, sendo 20% para as receitas e 33% para os custos.
- (b) As controladas devem apresentar margem de solvência conforme determinado no Anexo VIII da Resolução Normativa ANS nº 209/09, que apresenta a definição sobre a forma como deverá ser observado o parcelamento da margem de solvência das operadoras por segmento. Em 31 de dezembro de 2018, as controladas estão incluídas no seguimento terciário, que se refere a operadoras que iniciaram suas operações antes de 19 de julho de 2001, cujo percentual de parcelamento de margem de solvência aplicável é de 70,52%.
- (c) De acordo com a Instrução Normativa ANS nº 50, de 23 de novembro de 2012, devem ser consideradas no cálculo do PMA as adições e deduções por efeitos econômicos. As adições correspondem às obrigações legais classificadas no passivo não circulante, excluída a parcela do ativo referente à transferência da responsabilidade de pagamento das obrigações legais, ocorridas nos termos do artigo 4º da Instrução Normativa DIOPE nº 20/08. As deduções correspondem ao ativo circulante intangível, exceto o montante referente a gastos com aquisição de carteiras de plano de assistência à saúde e com programas de promoção à saúde e prevenção de riscos e doenças, aprovados nos termos da Instrução Normativa Conjunta DIOPE e Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO (DIOPE/DIPRO) nº 01/08.
- (d) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreu a aquisição do controle da São L][ucas de Lins. Nesse cenário, a São Francisco Saúde destinou volume substancial de seus recursos para aquisição dessa Operadora, assim como o impacto da provisão para o programa de incentivo de longo prazo (conforme mencionada na nota explicativa nº 19) o que temporariamente implicou o não atendimento do índice de margem de solvência ajustada requerido pela ANS. No primeiro trimestre de 2019, a situação foi ajustada por meio de aporte de recursos dos acionistas, no montante de R\$40.000.

Efeito da reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 na margem de solvência

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1.2., essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram originalmente aprovadas pela Administração e emitidas no dia 13 de maio de 2019 e estão sendo reapresentadas e reemitidas para refletir as obrigações advindas do programa de incentivo de longo prazo estabelecido entre as suas controladas e seus respectivos executivos (nota explicativa nº 19). Após o reconhecimento da provisão do referido programa de incentivo de longo prazo, no montante de R\$21.500 (Consolidado), a insuficiência de margem de solvência para a controlada São Francisco Saúde aumentou para R\$12.972, o que temporariamente implicou ao não atendimento do índice de margem de solvência requerido pela ANS.

A insuficiência de margem de solvência foi superada pelo aporte de recursos adicionais no montante de R\$40.000, efetivado no primeiro trimestre de 2019.

29. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Transações que não afetam caixa:		
Juros sobre capital próprio a distribuir	1.196	-
Aumento de capital mediante a incorporação de acervo líquido cindido de parte relacionada	<u>9.730</u>	<u>-</u>
Total	<u>10.926</u>	<u>-</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Transações que não afetam caixa:		
Aquisição de ativos imobilizado não pagos	23.818	1.678
Juros sobre capital próprio a distribuir	1.196	-
Aumento de capital mediante a incorporação de acervo líquido cindido de parte relacionada	<u>9.730</u>	<u>-</u>
Total	<u>34.744</u>	<u>1.678</u>

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Além disso, têm operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas, comparativamente às taxas vigentes no mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- a) Aplicações financeiras: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 3.
- b) Créditos de operações com planos de assistência à saúde e créditos a receber de prestação de serviços: comentados e apresentados nas notas explicativas nº 4 e nº 5.
- c) Empréstimos e financiamentos: comentados e apresentados na nota explicativa nº 17.

- d) Saldos a receber e a pagar de partes relacionadas: comentados e apresentados na nota explicativa nº 21.
- e) Outros ativos e outras contas a pagar reconhecidos no ativo e passivo circulante e não circulante.

Mensuração de valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo no fim de cada período conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e se aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, cuja avaliação baseia-se em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, com preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços).
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações para os ativos ou passivos que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia e suas controladas diretas e indiretas correspondem às características do Nível 2. Os valores dos financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada ou prefixada, de acordo com a previsão contratual com a instituição financeira.

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas operam com planos de assistência médica e odontológica, bem como outros serviços médicos destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e pessoas físicas. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Sociedade e de suas controladas e indiretas são os de flutuação dos custos médicos, de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração.

b) Risco de mercado e concorrência

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas trabalham com medicina de grupo e operam em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos de assistência médica com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo de saúde, autogestão e cooperativas de trabalho médico.

c) Risco de flutuação dos custos médico-hospitalares

Os contratos possuem prazo indeterminado com cláusula de rescisão com aviso prévio de 60 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria, também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas por meio do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos 12 meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas.

d) Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade de a Companhia e suas controladas diretas e indiretas não receberem valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de assistência médica, odontológica e hospitalar e é orientada com o objetivo de manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Por meio de controles internos adequados, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas monitoram permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia da apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrita na nota explicativa nº 2.8).

e) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas procuram mitigar esse risco por meio do equacionamento do fluxo de compromissos e da manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários para suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

f) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Companhia e suas controladas diretas e indiretas estarem sujeitas a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDB), em sua maior parte de grande porte, com liquidez imediata, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas, incluindo a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a Resolução Normativa ANS nº 274/11 para a garantia das provisões técnicas.

O portfólio financeiro da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas está, em sua quase totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico (CDI). Pelo fato de não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a Sociedade e suas controladas diretas e indiretas não realizam operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 3.

31. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguros, cuja descrição se encontra a seguir.

- Bens segurados: imóveis, benfeitorias, máquinas, equipamentos, mobiliários, utensílios, mercadorias e frota de ambulância.
- Riscos cobertos: responsabilidade civil, incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, granizo, roubo de valores em trânsito fora do estabelecimento, roubo/furto de bens e mercadorias, cascos, colisão, danos materiais e corporais, morte, invalidez permanente, objetos transportados pelos veículos.

- Validade das apólices: entre 31 de março e 18 de maio de 2019.
- Valor de cobertura: limitado a R\$75.656.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

I. Transações de aquisições de carteiras e participações acionárias

Em janeiro de 2019, a controlada São Francisco Saúde, por meio de contrato de compra e venda, adquiriu a carteira de planos privados de assistência médica da Irmandade de Misericórdia Santa Casa de São José do Rio Preto, Ltda., no valor de R\$15.219. Na referida data, a Irmandade de Misericórdia Santa Casa de São José do Rio Preto Ltda. possuía 18.500 conveniados. Através do ofício nº 19/2019/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO a ANS autorizou a transação.

Em março de 2019, a controlada São Francisco Saúde, por meio de contrato de compra e venda, adquiriu 99,8% das ações ordinárias do Hospital Regional de Franca S.A. ("HRF"), companhia de capital fechado, com sede no Município de Franca/SP e com 41.420 conveniados, pelo valor de R\$60.000. O HRF tem como principal objeto social a operacionalização de planos de saúde, medicina preventiva, bem como a prestação de serviços médicos, odontológicos, hospitalares, laboratoriais, resgate médico. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 11 de fevereiro de 2019 e a ANS aprovou a transação no dia 28 de fevereiro de 2019.

Em 11 de abril 2019, a ANS autorizou a incorporação da operadora São Lucas Lins, sendo protocolado a solicitação de incorporação na Junta Comercial do Estado de São Paulo. A incorporação foi efetivada em 16 de junho de 2019.

Em 28 de junho de 2019, a ANS autorizou a incorporação da operadora de plano de assistência à saúde HRF, sendo protocolado a solicitação de incorporação na Junta Comercial do Estado de São Paulo, onde encontra-se em processo de tramitação.

Em fevereiro de 2019, a controlada São Francisco Odontologia, por meio de contrato de compra e venda, adquiriu as carteiras de planos privados de assistência odontológica da APO – Assistência Odontológica Ltda., pelo valor R\$12.500, e da Dental Norte Assistência Odontológica Ltda., pelo valor R\$4.048, as quais possuíam em 1º de fevereiro de 2019, respectivamente, 77.342 vidas e 39.989 vidas. A ANS aprovou essas transações em março de 2019 e abril de 2019, respectivamente.

Em junho de 2019, a Operadora, através de contrato de compra e venda, adquiriu, por meio de compromisso de alienação total, a carteira de plano privado de assistência odontológica da Odontológico Serviços de Saúde Oral Ltda. - EPP, pelo valor de R\$2.337, que possuía em 18 de junho de 2019, 16.340 vidas. A ANS, através do ofício 65/2019/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE aprovou a aquisição.

II. Margem de solvência

Em 8 de março de 2019, os acionistas aportaram capital, em espécie, no montante de R\$40.000 na controlada São Francisco Saúde. Esse montante foi suficiente para cobrir a insuficiência de solvência temporária mencionada na nota explicativa nº 28.

III. Empréstimos e financiamentos

Em 25 de março de 2019, a Companhia captou empréstimos junto ao Banco Santander, no valor de USD 6.631, correspondente a R\$25.000, com vencimento final em 2022. A taxa de juros corresponde a 3,87% a.a., acrescido de 100% do CDI.

Em 29 de março de 2019, a Companhia captou empréstimos junto ao Banco Itaú, no valor de EUR 5.708, correspondente a R\$25.000, com vencimento final em 2022. A taxa de juros corresponde a 0,9567% a.a., acrescido de 140% do CDI.

IV. Alienação do controle da Companhia

Em 7 de maio de 2019, os acionistas da Companhia, aceitaram uma oferta, e venderam suas participações para o Grupo Hapvida, por meio da empresa Ultra Som Serviços Médicos Ltda.

Como contraprestação pela aquisição das ações, a compradora pagará aos vendedores a quantia de até R\$5.000.000 (cinco bilhões de reais), observado o percentual de participação nas ações de cada vendedor, assumindo uma dívida líquida e capital de giro para a data do fechamento e sendo composto por uma parcela fixa, uma parcela contingente, descontado do plano de incentivo de executivos.

Para fins do ajuste de preço, no prazo de até 60 dias a partir da data do fechamento (entende-se fechamento, somente após autorização do CADE e ANS, o que ocorrer por último), a compradora enviará aos vendedores o balanço consolidado na data do fechamento da Companhia e de suas controladas, de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros e as Práticas Contábeis Recorrentes, auditado pela empresa de auditoria (com os honorários e despesas de contratação arcados pela Companhia) ("Balanço de Fechamento"), acompanhado dos cálculos do ajuste de preço feitos de boa-fé pela Compradora ("Relatório Inicial de Ajuste de Preço").

A transação só será efetivada, após autorização do CADE e ANS, e a confirmação da alienação do controle da Companhia pode derivar o vencimento antecipado de determinadas operações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas.

33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas reapresentadas, foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Companhia em 15 de julho de 2019.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas originalmente apresentadas haviam sido aprovadas pela Administração da Companhia no dia 13 de maio de 2019.
